Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Série 65, nº 3-4, março-abril/1947, pp. 117-188

O CIENTISTA LUSO-BRASILEIRO
DR. ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA

(Notas para o seu estudo)

> Fortalecem as tradições o homem. Inspiram-lhe brios. Estimulam as virtudes da família e servem-lhe de norte. Honram as nações. São-lhe glória e exemplo. É dever celebrar os varões insignes
>
> (*A. A. Teixeira de Vasconcelos*, in «Glórias Portuguesas»).

A douta Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (1) — mediante o seu digno secretário, através do Ex.mo Sr. Dr. Fidelino de Figueiredo — pediu à Sociedade de Geografia de Lisboa a sua «colaboração ou associação» no «estudo sistemático da vida e da obra do naturalista luso-brasileiro Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira (2).

Feliz ideia foi esta (renovação daquela que há mais de 100 anos tiveram Portugal e o Brasil, como mais além se verá), a qual, e bem, como era de esperar, a ilustre direcção da nossa Sociedade aceitou com todo o interesse, na convicção de que o caso é bem digno de, embora a tamanha distância, no espaço e no tempo, ser esclarecido e historiado o melhor possível, nos termos da sentença do Padre António Vieira: «A história é ... a mãe da verdade, émula do tempo, o depósito das acções, a testemunha do passado ... é conveniente, necessário e até indispensável

(1) Hoje denominada Sociedade Brasileira de Geografia.

(2) Vide carta do Dr. Fidelino de Figueiredo, dirigida ao Senhor Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, em 7 de Janeiro de 1944.

que os factos e os indivíduos sejam estudados e discutidos para exemplo e aviso do presente e advertência do futuro».

Assim, a Sociedade de Geografia, para efectuar quanto possível os seus bons desejos, entregou à sua Secção de Agricultura a missão de proceder aos trabalhos necessários para o efeito, como se verifica no ofício de 21 de Novembro de 1945, sob o n.º 1230-I-7.º.

A Secção de Agricultura, por sua vez, na sessão de 4 de Dezembro do mesmo ano, entendeu — e bem mal, em meu conceito — cometer à minha pessoa o encargo honroso de procurar satisfazer os mesmos bons desejos de todos nós, e de reunir *os subsídios dos colegas na mesma Secção que estavam presentes, como então propus.*

Não obstante, ainda os Srs. presidentes das Secções de Agricultura, Antropologia, Botânica e Zoologia convocaram uma reunião conjunta das mesmas Secções para do mesmo assunto se ocuparem, no sentido de cada uma, na sua especialidade, dar a contribuição possível para melhor iluminar a individualidade do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, reunião essa que se efectuou no dia 21 do mesmo mês de Dezembro.

Do pesado encargo que me foi confiado, tenho a subida honra de dar conta neste momento. Pobre e tardia conta, na verdade; mas, em verdade também, devo dizer que a tarefa foi de execução morosa, mercê da abundante documentação que encontrei, mas muito dispersa e truncada, como demorada e trabalhosa foi a sua posterior ordenação cronológica e classificação.

Por outra banda, durante estas pesquisas, que, por si só, alongariam em demasia o período de conclusão destas «Notas», surgiu outro motivo de peso para afastar consideràvelmente a data dessa conclusão: a necessidade urgente de elaborar um extenso relatório oficial, de responsabilidade, que me prendeu inteiramente a atenção desde Abril até fins de Setembro último.

Tudo isto, cuido eu, justifica a tão tardia apresentação destes apontamentos, esperando, por isso, que me seja relevada a falta, por fatal e involuntária.

Cumprido aquele dever inadiável, retomei em mão o caso do Dr. Alexandre, sucedendo verificar que, na documentação de que então

dispunha, havia uma lacuna notável: Sobre os trabalhos da Expedição Filosófica, chefiada pelo Dr. Rodrigues Ferreira, ao Rio Branco apenas possuia ligeiras referências, faltando-me o «Diário» correspondente. Depois de muito tempo gasto em pesquisas, descobri que nos tomos 2.º, 3.º, 4.º, 12.º, 48.º, 49.º, 55.º e 64.º da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro* se encontram publicados trabalhos do Dr. Rodrigues Ferreira e outros referentes à sua missão. Procurando os volumes citados na biblioteca da nossa Sociedade, ali os encontrei todos, com excepção do tomo 64.º. Não me conformando com o facto, procurei o tomo em falta onde ele possìvelmente poderia existir: no Arquivo Histórico Colonial, na Academia das Ciências (aqui existe uma pequena parte, que nada contém sobre a questão) e na Embaixada do Brasil, mas foi tudo inútil. Perante a dificuldade, resolvi pedir à nossa Sociedade o favor de procurar obter o tão raro volume na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, que, até à data presente, não deu notícia alguma sobre o caso. E, como a entrega destas notas não suporta mais delongas, resigno-me a concluí-las sem folhear o tão raro volume, que, entretanto, cito, para que a interessada Sociedade de Geografia carioca — a quem estas Notas se destinam — ali vá buscar os elementos que porventura ali existam e que daqui lhe não podemos fornecer sobre a missão no Rio Branco, salvo quanto consta da correspondência incluída nos documentos anexos a estas «Notas».

Pelo que respeita aos restantes tomos, acima indicados, neles se encontra matéria abundante, de interesse para o fim em vista, o que eu já havia conseguido daquela documentação a que atrás me referi, incluindo uma cópia manuscrita do «Diário» da primeira parte da viagem pelo Rio Negro. Assim é que no tomo 2.º, págs. 501-505, encontra-se a biografia do Dr. Alenxadre Rodrigues Ferreira, segundo o «Elogio» que dele fez o académico Manuel José Maria da Costa e Sá, que eu anteriormente havia lido no tomo V das *Memórias* da mesma Academia das Ciências, págs. LVI-LXXXIX, publicado em 1817, seguindo-se, no mesmo tomo 2.º, págs. 506-512, a «Notícia dos escritos do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, e, nas págs. 513-516, o «Aditamento», tudo nos termos dos trabalhos de Costa e Sá.

No tomo 3.º está publicado o trabalho do Dr. Alexandre Ferreira, intitulado «Propriedade e Posse das Terras do Cabo Norte pela coroa de Portugal ...», datado do Pará, em 24 de Abril de 1792, bem como a notícia, na nota (3) da pág. 391, do escrito do Dr. Alexandre Ferreira, de título: «Propriedade e Posse Portuguesa das Terras cedidas aos Franceses na margem boreal do Rio Amazonas», com a data de 1802.

No tomo 4.º lê-se (págs. 363-367) «Gruta do Inferno», «Descrição feita pelo Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira em Cuiabá».

Do tomo 12.º (págs. 87-95) consta a «Viagem à Gruta das Onças», datada de Cuyabá, 5 de Outubro de 1790.

No tomo 48.º iniciou a *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico e Etnográfico do Brasil* a publicação do «Diário da Viagem Philosophica pela Capitania de S. José do Rio Negro, com a informação do estado presente dos estabelecimentos ...».

Antecede esta publicação a primeira ordem de serviço de João Pereira Caldas, datada de 13 de Agosto de 1785 (págs. 1-3), à qual se segue a portaria expedida pelo governador e capitão general do Estado do Pará (págs. 5 e 6) e, finalmente, na pág. 7, começa a «Participação Primeira» do Dr. Alexandre R. Ferreira sobre a viagem e seus trabalhos, à qual se seguem mais seis que, com os suplementares respectivos, alcançam a pág. 232 do tomo em causa.

No tomo 49.º lê-se, de pág. 126 à 288, a «Participação Primaria», relativa à segunda parte da viagem pelo Rio Negro — na sua parte inferior — a caminho do Rio Branco, prometendo a redacção da Revista continuar. Com efeito, no tomo 55.º, alguma cousa se encontra referente à missão do Dr. Alexandre R. Ferreira, mas tão sòmente a communicação que o Ministro Martinho de Melo e Castro faz, em 29 de Agosto de 1783, a Martinho de Sousa Albuquerque, da partida do mesmo Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira e seus auxiliares.

E mais não consta, que eu saiba, da Revista citada.

Do quanto consta do tomo 64.º, a respeito do homem ilustre que foi o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, nada posso dizer, visto que não consegui folheá-lo, como já disse.

Mas a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro completará estas

Notas com quanto nesse e nos outros referidos se encontra e com tudo o mais que nos arquivos e biliotecas brasileiras há certamente.

Feito isto, que mais dizer, se já, como acabo de mostrar, é sabido no Brasil — e ao Brasil se destinam estas «Notas» — quanto apontado fica do que me foi possível apurar?

Estou certo de que muito mais haverá ainda, mas cuido que é ainda no Brasil que esse mais se poderá encontrar, visto que é ali, como adiante referirei, que se deve achar, e em lugar oficial, o espólio opulento do cientista que nos ocupa e que de Portugal para ali foi levado legalmente.

Assim sendo, aqui devia, lògicamente, dar-se por findo o encargo com que a Secção de Agricultura tanto me distinguiu. Não obstante, dada a transcendência do tema vetusto, que deveras me interessou, graças ao alto valor do homem, do sábio, do trabalhador indomável e do patriota devotado que foi o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira — a quem me esforcei ao máximo para conhecê-lo, através da sua obra, até onde fosse possível — seja-me permitido juntar aqui: *a*) umas anotações ligeiras ou acréscimos mínimos a um ou outro ponto da história conhecida do sábio, cuja reputação, e com justiça inteira, alcançou muito para além do seu tempo; *b*) um *simile* de complemento analítico, embora rápido, da sua obra, da sua persistência e actividade singulares, ao exercitar as diversas modalidades do seu saber e da sua acção — geógrafo, etnógrafo, naturalista (antropologista, mineralogista, zoólogo, botânico, espeleólogo e, sobretudo, talvez, agrónomo) — sem embargo de já estar feito esse estudo pelo meu malogrado amigo e contemporâneo nas lides académicas Dr. Carlos França — homem de ciência e «insigne parasitologista», como lhe chamou há pouco esse outro homem de ciência Prof. Dr. Ferreira de Mira — que tão prematuramente nos deixou, com prejuízo considerável para a ciência e investigação — quando escreveu o trabalho excelente: «Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815) — Historia de uma missão scientifica ao Brasil no seculo XVIII» (1); e, finalmente, a notícia e cópia dalgumas cartas que tive o prazer e boa fortuna de encontrar no Arquivo Histórico Colonial de Lisboa e que suponho inéditas e tam-

(1) Vide «Boletim da Sociedade Broteriana» V. I, Fasc. 2 — Dezembro de 1922.

bém desconhecidas da generalidade, pelo menos, do público nacional e do brasileiro igualmente e que projectam luz apreciável sobre a individualidade do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, como funcionário, como homem de ciência e de carácter (1).

Nestes termos, seguindo *pari-passu* a vida do Dr. Alexandre, como nos informa o seu biógrafo Costa e Sá (2), vejamos, cronològicamente, um ou outro episódio mais saliente dessa vida tão trabalhosa como exemplar e que tão triste quão injusto fim o destino lhe reservou.

Eis aqui a explicação que, em consciência, devo à Secção de Agricultura e à ilustre direcção da Sociedade de Geografia de Lisboa, que, em defesa própria, por seu turno, a facultará à sua congénere brasileira, para que incriminado seja quem de direito.

1756 — O Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, natural do Brasil (que és — como profèticamente foi escrito — o novo pais de Canaan, terra de prodigios, reservada para os mais altos destinos...» (3), nasceu no dia 27 de Abril de 1756, na Bahia — «a primeira capital das terras de Santa Cruz, rica em produções naturais da sua provincia, opulenta em seu comercio, prospera em sua extensa agricultura, berço de homens distintos nas letras e ciencias» (4).

1768 — O jovem Alexandre Rodrigues Ferreira, inteligente e estudioso, foi por seu pai, Manuel Rodrigues Ferreira, destinado à vida eclesiástica, tomando ordens menores em 1768, na muito baixa idade de 12 anos. Todavia estava escrito — mercê da sua ânsia de saber, do seu talento e da sua aplicação — que iria muito além, em prémio de tantas

---

(1) As cartas em referência (umas da autoria do Dr. Alexandre R. Ferreira, outras a ele dirigidas e outras ainda a ele se referem e à sua obra) constituem a maior parte da colecção de documentos qu vai anexa e que se me afigura serem dignas da atenção de quem tiver a paciência necessária para ler estas «Notas».

(2) «Elogio do Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira, por Manuel José Maria da Costa e Sá, in «História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Tomo V, parte 2.ª, págs. LVI e seguintes.

(3) Frei Fortunato de S. Boaventura, monge de Alcobaça.

(4) Sargento-mór Pedro de Alcantara Bellegarde.

qualidades que, reconhecidas por seu pai, o levaram — como bom pai e orgulhoso, justificadamente, do seu tão bem dotado filho — a mandá-lo para Coimbra, a fim de cursar na Universidade a «Cadeira de Instituta».

1770 — E assim, chegou a Lisboa em Julho de 1770, com 14 anos de idade, matriculando-se efectivamente nesse mesmo ano em «Instituta». Contudo, não foi esse o curso que seguiu e concluiu, porquanto, sendo encerrada a Universidade, logo após o seu primeiro ano de frequência, para o efeito da continuação da sua reforma tão fecunda, determinada pelo grande Ministro que foi o marquês de Pombal, o facto foi propício às tendências do espírito do jovem estudante — como as de tantos outros brasileiros ilustres — para as ciências naturais, provocadas, porventura, pelas vastas, variadas e maravilhosas galas da natureza da sua pátria. Mas, como quer que seja, o certo é que, ao reabrir-se a Universidade, se matriculou na Faculdade de Filosofia.

1773 — Foi estudante distinto e considerado pelos seus mestres, pelo que foi convidado, ainda estudante, para ocupar o lugar de demonstrador de História Natural na mesma Faculdade, e que desempenhou com competência e desinteresse material durante os dois últimos anos do seu curso, visto como não quiz receber a remuneração correspondente. Por todas estas circunstâncias lhe foi reconhecido o direito de vir a ser professor da mesma Faculdade.

Mas «o homem põe e Deus dispõe» — estava escrito que o Dr. Alexandre não seria jamais professor, mercê, justamente, do seu saber, capacidade de trabalho, zelo e honestidade de carácter. É que nesse período notável da história do nosso País — os 26 anos da extraordinária e admirável administração pública, durante o reinado de D. José, promovida pela mão férrea, valor e patriotismo excepcionais do seu primeiro Ministro — o progresso das ciências, artes e indústrias, assim como as questões técnicas e económico-agrícolas, constituiam preocupação constante do Governo, generalizando-se quanto possível as suas ideias e esforços até aos domínios longínquos da África e do Brasil, no sentido de valorizar e aproveitar deles o máixmo possível das suas suspeitadas mas ignoradas riquezas, em qualidade e em quantidade. Mas, sensata e inteligentemente, pensava que a mais proveitosa utilização de quanto a natureza ali nos oferecia e se

podia produzir só se alcançaria após o conhecimento directo e certo da mesologia e das riquezas existentes.

Semelhante orientação, que era quase norma por esse mundo além, marcou em Portugal lugar de destaque, como, de resto, em muitos outros, como a História nos ensina, honrando grandemente o Governo e o País.

Ora nesta tão sábia, salutar e humana orientação não foram esquecidas as «extensas comarcas da América Portuguesa», e por isso se cuidou de promover que «fossem cuidadosamente vigiadas e observadas por quem aos precisos conhecimentos reunisse probidade e confiança de carácter».

1778 — Para o efeito quis o Governo, pelo Ministério e Secretaria dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, chefiado por Martinho de Melo e Castro, encontrar pessoa capaz de, com êxito, levar a bom cabo tão vasta e árdua missão em parte do vastíssimo Brasil. E, como se tratava, especialmente, da questão do domínio das ciências professadas na Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra, recorreu o Ministro ao «primeiro catedrático daquela Faculdade, Domingos Vandelli», pedindo-lhe indicação da pessoa mais idónia para desempenhar tais funções. Por esse professor, e também com o voto da Congregação ou Conselho da mesma Faculdade, foi indicado o nome do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, o que constituiu reconhecimento da sua competência científica e profissional e, ao mesmo tempo, da sua idoneidade moral, visto como o Ministro, e bem, queria entregar tão alta e honrosa comissão a quem — repito — «aos precisos conhecimentos reunisse probidade e confiança de carácter».

O Dr. Alexandre aceitou com júbilo, e talvez também com orgulho — bem justificado por certo —, tão vasta, trabalhosa e perigosa missão, sacrificando assim a situação social, superior e certa que lhe estava reservada, a seguir ao doutoramento, de professor da Faculdade referida, em que acabava de se formar.

E, assim, aos 22 anos de idade, seguiu de Coimbra para Lisboa em Julho de 1778, para receber ordens do Ministro. Contudo, contra o que se esperava, permaneceu em Lisboa durante cinco anos por virtude de circunstâncias que, parece-me, não estão convenientemente apuradas, o que, na verdade, pouco ou nada interessa para a causa. Entretanto, não esteve

inactivo durante este largo período, pois foi encarregado, com João da Silva Feijó, do estudo da mina de carvão de Buarcos (Figueira da Foz) e de realizar «experiências a respeito dos produtos naturais na vila de Setúbal, seu termo e comarca, acompanhado por Julio Mattiazzi...» (Doc. n.º 1).

Além destas ocupações, noutras serviu o Estado, «ora examinando, reduzindo, e descrevendo os produtos naturais do Real Museu da Ajuda, ora ocupando-se em fazer todas as experiências Physicas e Chymicas que lhe erão ordenadas, e designadas pelo Ex.mo Senhor Martinho de Melo e Castro, o que tudo cumpriu zelosamente e com o desinteresse mais louvável (1): dando assim nisto, como em outros encargos que tomára, testemunhos seguros da melhor aplicação e estudo» (2). E, no meio de tudo isto ainda lhe sobrava tempo para se preparar para as suas «Conclusões magnas» (acto de repetição e exame privado) para o seu Doutoramento, 1779 — que se efectuou no dia 10 de Janeiro de 1779, (Vid. Doc. n.º 2 e 3) contando então 23 anos incompletos.

O seu doutoramento não importou para ele qualquer encargo de propinas, por mercê régia, aliás bem merecida.

Por sobre tudo quanto fica indicado, ainda tinha tempo para produzir «composições literárias, como foram: uma Oração latina dedicada aos anos do Serenissimo Senhor D. João Príncipe do Brasil; uma Memória ou Parecer sobre a Plantação dos Olivais nas terras que na Vila de Coruche tinha Joaquim Rodrigues Botelho; e assim outras muitas de que perdera a copia. — Memórias particulares de que acima faço menção» (3).

1783 — Finalmente, em Agosto de 1783, foi publicado o decreto que nomeava o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira naturalista chefe da mis-

---

(1) Costa e Sá — Loc. cit.

(2) Enquanto esteve assim ocupado no Serviço, não percebeo ordenado algum, mas tão somente huma quantia que lhe arbitraram a titulo de comedorias... cuja quantia, segundo refere o Sr. Dr. Alexandre no caderno que deixou com o titulo de *Memorias particulares*, era de 200$00 reis por anno...» (Costa e Sá, Loc. cit.).

(3) Costa e Sá — Loc. cit.

são ou expedição filosófica encarregada de executar o programa seguinte, largo e inteligente: *Proceder, nos vastos e quase de todo desconhecidos territórios dos Estados do Pará, Sertões do Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, ao estudo da etnografia das regiões percorridas, preparação dos produtos naturais destinados ao Real Museu de Lisboa, e, finalmente, fazer particulares observações filosóficas e políticas acerca de todos os objectos desta mesma viagem.*

Com tão vasta e complexa missão — de tão graves responsabilidades e contingências de toda a ordem, que ele, certamente, bem sentia e compreendia, porque não era um nescio, antes tinha inteligência clara, saber e critério seguro, portanto, para ter a consciência perfeita de quanto era espinhosa, por todos os títulos, a sua situação — partiu de Lisboa, com destino à cidade de Belem, capital do Estado do Pará, no mês de Setembro seguinte, aportando ali no dia 21 ou 22 do mês de *Outubro imediato.*

Pela mesma época partiram outras missões de estudo para as colónias africanas, e, mais tarde, para a Europa: uma de carácter idêntico, mas não tão vasta, à do Dr. Alexandre R. Ferreira, e outras relativas à cultura literária e científica, porque tudo merecia o carinho do Governo de D. Maria I.

Assim foi que, também em 1783, partiu para Moçambique a missão chefiada por Manuel Galvão da Silva, tendo como auxiliares o desenhador António Gomes e o preparador José da Costa.

De tal missão resultou a «Memória ou Relação das viagens filosóficas que por ordem de S. M. fez nas terras de jurisdição da vila de Tete e algumas das Maravés no ano de 1788».

Para Angola, foi o naturalista e riscador António Donati, italiano, acompanhado pelo riscador João António.

Para Cabo Verde foi João da Silva Feijó — que havia acompanhado o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira no estudo da mina de carvão de Buarcos, como já disse trás. Em consequência daquela missão, escreveu em 1797 o «Ensaio económico sobre as ilhas de Cabo Verde».

Sob o ponto de vista literário e científico:

Em 1786, foi o célebre arabista Frei João de Sousa encarregado de

proceder a estudo em Argel, donde regressou em 1789 com os melhores livros que em Portugal existem sobre a língua árabe.

José Bonifácio de Andrade e Silva, brasileiro célebre na independência da «América Portuguesa», («Nova Lusitania» e também «Lusitania Equinocial» lhe chamou o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira — Vid. Doc. n.º 18 destas «Notas») foi mandado, em 1790, com intuitos científicos, viajar pela Europa, «na qualidade de naturalista, e como pensionista do estado, acompanhado de Manuel Ferreira de Araújo Câmara e Joaquim Fragoso de Sequeira, onde se demoraram até 1800, tendo percorrido a França, a Inglaterra, a Alemanha, a Suissa, os Países Baixos a Suécia, a Noruega, a Dinamarca a Hungria, a Itália e a Turquia.

E ainda no ano de 1790, cuidou o Governo, e os que se lhe seguiram, dos arquivos e das bibliotecas nacionais, parece que sob a inspiração da recém-criada Academia Real das Ciências (1779), resultando de semelhante actividade, por exemplo, o inventário de 338.000 volumes, abrigados em 11 bibliotecas, segundo o «Essai Statistique» de Adriano Balbi.

É de justiça assinalar, entre outros, o ministro de D. Maria I, Martinho de Melo e Castro, que tão provietosa e admirável obra produziu, mercê do seu valor e zelo, é certo, mas também da escola do Marquês de Pombal, pois as suas funções vinham desde 1770, no ministério que o referido Marquês chefiava, a quando da sua queda na injustíssima desgraça a que foi conduzido, após a morte do rei D. José, desgraça essa que Martinho de Melo e Castro, com outros, preparou!...

No entanto, a acção alta e patriótica deste invejoso e ingrato — e bem lamentável é que o tenha sido, visto como manchou indelevelmente a sua lealdade e reconhecimento devidos, como homem e como português, ao Homem imenso, que o havia feito ministro e que, com todos os seus defeitos, o Marquês de Pombal foi, incontestàvelmente —; a acção repito, de Martinho de Melo e Castro era guiada pelo seu talento e competência, sem dúvida, mas era também inspirada, ou, melhor, o seguimento da orientação pombalina que tão prodigiosamente organizou e impulsionou a vida nacional, em todos os sectores: — administração pública, ciências, artes, agricultura, indústria e comércio, etc., etc., — durante os 26 ou 27 anos que governou este país, salvando-o da ruína e do vilipêndio fatais,

e que afinal tão cruelmente foi tratado no termo da sua longa vida de trabalho, assombroso pela intensidade e constância de todos os momentos, e inestimàvelmente notável pelos seus efeitos.

Pinheiro Chagas, referindo-se a este vulto colossal da nossa história, escreveu, a propósito da sua demissão e desterro: «Decorrido hoje, pouco mais de um século depois da queda do ilustre Marquês de Pombal, ao contemplarmos os inúmeros benefícios que o governo do grande estadista fez ao país, ao admirarmos a sua obra de regeneração social, ao pasmar-mos de modo como Portugal se transformou debaixo da suas mãos, para recair depois na atonia de que o arrancara aquele privilegiado espírito, mal compreendemos o júbilo imenso que se apoderou do país todo, quando a morte do rei, que o protegera, deixou presentir que estava próxima também a queda do inteligente ministro. E contudo é esta a eterna história da humanidade. Os grandes vultos, que o fazem progredir e melhoram a sua situação, nunca encontraram plena justiça no juizo dos seus contemporâneos» (1).

Infelizmente, assim é. A história de todos os tempos o testemunha e a fábula também.

E, perante esta fatalidade histórica, o que haveremos de ver amanhã neste tão belo país?

A missão chefiada pelo Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira — que era, no campo de filosofia natural e demais partes, a mais vasta e complexa — tinha como componentes auxiliares o jardineiro botânico Agostinho Joaquim do Cabo e os desenhadores («riscadores») Joaquim José Codina e José Joaquim Freire.

Em 5 de Março, foi abonada a cada um a ajuda de custo que consta dos documentos n.os 4 e 4-A, para preparativos de viagem.

Quanto aos ordenados que perceberiam, Martinho de Melo e Castro, em 29 de Agosto do mesmo ano, dias antes do embarque de expedição, escreveu a Martinho de Sousa Albuquerque, dando-lhe notícia desse embarque e o nome dos componentes da mesma expedição, e acrescentava: «...os quais vão vencendo anualmente ao serviço de Sua Magestade os ordenados seguintes, a saber: o primeiro 400$000 e os outros três a

(1) «Historia de Portugal». Vol. VII, págs. 152.

300$000 cada um; e destes ordenados se há-de descontar no Pará o que eles deixam neste côrte a suas famílias, que vem a ser ao primeiro 150$00 e a cada um dos outros 100$00».

Além disto, ainda tinham direito aos transportes, a pessoal auxiliar e também a «comedorias», pois diz mais adiante a carta em referência: «...mandando-os auxiliar nas jornadas e viagens, que fizerem, em embarcações, gente e o mais que se fizer preciso, assim para a seu transporte como para as comedorias, devendo esta despesa ser paga pela junta da fazenda real dessa capitania; de que se lhes passarão as clarezas necessárias para se levarem em conta no Erario régio». Mas, em face do documento n.º 5, vê-se que não foi esta a última resolução sobre o caso. Pelo que ali se lê, parece que em qualquer altura, posterior àquela carta de Martinho de Melo e Castro, foi resolvido que os membros da missão fossem abonados de 400 reis diários para comedorias, deixando assim, por certo, de serem fornecidas por conta da «fazenda da capitania», e vê-se, por outro lado, que, tendo os interessados reclamado, por ser exígua essa ajuda de custo de 400 reis, o capitão general da capitania do Rio Negro, João Pereira Caldas, achou que a reclamação era justa, outro tanto sucedendo ao capitão general do Grão Pará, sendo por isso, aquela ajuda do custo elevada para 640 reis e liquidados os vencimentos que estavam atrazados desde Janeiro de 1787. (Vid. Doc. n.º 5).

A missão ou «expedição filosófica» que nos ocupa, constituída como acima foi dito, partiu no mês de Setembro com rumo à cidade de Belem, do Estado do Pará, tendo como companheiro casual de viagem o novo governador desse Estado, chegando ao seu destino no dia 21 ou 22 de Outubro seguinte.

O Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, logo no dia 27 do mesmo mês, escrevia a Martinho de Melo e Castro, a quem, com manisfesto entusiasmo, agradecia te-lo — dizia — «colocado neste Paraíso, em que me acho, principio a cumprir com o meu dever...».

E, em verdade, assim era, visto que nessa mesma carta lhe comunica a próxima remessa de desenhos de peixes do Porto do Pará ali pescados «que trato de examinar e descrever... tudo isto, junto a outras produções e observações que na costa fiz sobre o fundo, e sedimento dela».

Dá conta, a seguir, da maneira amável como foi acarinhado pelo governador, lá e durante a viagem, e da sua modestia perante tão honrosas manifestações públicas com que era encarecida a sua personalidade.

Comunica que nesse mesmo dia 27, em que escreve, saiu «a examinar aqui perto alguma terra para o cânhamo, dizendo sobre o caso, em função da modalidade dos seus conhecimentos: — «O que a S. Ex.ª informei, repito a V. Ex.ª, que sendo aqui tão barrenta, salobra e misturada com água salgada a água do Rio, não tenho que esperar do bom sucesso que deve ter a operação de curtir... como encherá este desígnio uma água de qualidade tal!». Mais adiante, diz na mesma carta: «...enquanto à terra toda aqui é alagada; ao que se não pode remediar sem lhe fazer córtes». E estava na verdade, visto que esses córtes, convenientemente feitos, seriam o veículo do escoamento do excesso de água — uma drenagem, para saneamento do terreno doente, para o efeito da sua exploração pela cultura.

Continuando na manifestação do seu entusiasmo, repete: — «...a terra em si he um Paraíso» e, extasiado, perante a riqueza pujante da vegetação selvagem, e lamentando a incultura daqueles terrenos, diz: «aqui mesmo são tantas as produções, que eu não sei a que lado me volte: e se toda ela não está cultivada, roçada e plantada, donde procede isto!».

Castiga seguidamente, e com razão, o facto de, estabelecida uma cultura — «cacoal ou arrozal» — se não cuidar dela todos os anos, revertendo por isso o terreno ao estado primitivo — «um mato tão espesso como no princípio». Mas, cheio de esperança e de fé no futuro, termina: «Tempo, porém, chegou em que melhor do que nunca verá V. Ex.ª estabelecida neste País a Agricultura, amplificado o comércio, distribuida a justiça e mil vezes bem servida S. Magestade... (Doc. n.º 6).

No dia 28 do dito mês de Outubro, escreve de novo a Martinho de Melo e Castro, louco de entusiasmo com a «cabeça de Tapuya» que o governador lhe havia mandado «para ver se para alguma coisa servia, tal foi a sofreguidão com que vi, essa peça, que logo fui ao Palácio dizer a S. Ex.ª que ele tinha a felicidade de remeter para o Gabinete de S. Magestade huma peça de que nos Gabinetes da Europa não há exemplo».

Anuncia também a remessa de várias uotras coisas, entre as quais

«quatro genipapos» (1) e as 7 estampas já feitas, e em uma delas o desenho dos coelhos que V. Ex.ª remeteu vivos, que são os Porcos da Índia» (Doc. n.º 7).

Ainda no ano de 1783 — em 23 de Dezembro — escreve novamente a Martinho de Melo e Castro, dando-lhe conta dos seus estudos dos terrenos destinados à cultura experimental do cânhamo e «distribui por alguns práticos uma pouca de semente, escrevendo para cada um a instrução da sua cultura». Mas afirma não ter grande fé no processo — («que pouco ou nada frutificará este trabalho, porque os práticos das lavouras nem ler sabem, segundo o que vejo, quanto mais entender o que se lhes diz de novo: não bastam as forças de simples pregações para os dissuadir dos costumes». Perante esta grande verdade, que ainda hoje é um facto bem deplorável mesmo entre nós, preconiza que «S. Magestade determine para si porção de terra, em que para utilidade sua, e exemplo dos particulares trabalhe à sua moda um génio dócil, livre de presunções de não perguntar, e capaz de estudar a Agricultura do País». Quer dizer que o Estado — e muito bem — devia estabelecer campos experimentais, onde — dizia — «plantando todos os meses em um e muitos terrenos à espera do que a colheita decida depois do tempo, e da terra em que se deve plantar».

Por outro lado, afirma que «a polícia rústica nunca por aqui passou... que contas do seu cargo tem agora dado a S. Magestade estes chamados Intendentes da Agricultura!».

Vem a pêlo dizer que os tais intendentes — que não procediam às correições que lhes competia fazer — deixavam os «directores das povoações» à vontade para apenas tratarem dos seus interesses particulares à custa da lavoura, como claramente se deduz do que escreveu o doutor ouvidor Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, que em 1773 foi nomeado intendente da agricultura, comércio, manufacturas, etc.: «Protesto que o que vou dizer é dito em geral: a minha intenção não é ferir alguém em particular. O director que é bom nos costumes, talvez não é o melhor na inteligência e no manejo dos interesses da povoação. O que tem a esperteza

(1) Vide nota (1) do Doc. n.º 7.

de os manejar com vantagem, talvez não é o mais sizudo e composto nos costumes. Os poucos, que há, nos quais concorrem ambas as circunstâncias da inteligência e probidade, sim sabem o como, e o quando os devem promover; porém toda a sua sabedoria não passa além da alguns bons desejos, que comumente espiram garrotados às mãos do receio e da desconfiança. Eu sim plantára (é o que diz cada um) um bom cafezal para a povoação; eu disporia o cacoal, o arrozal, e os mais géneros recomendados; mas do que me serve trabalhar com preferência, se na ocasião de receber o fruto do meu trabalho, que são as sextas partes consignadas no directório, hei-de ser rendido pelo bem informado, que vem disfrutar o meu trabalho?

E toma com efeito posse o bem informado: talvez esse nunca viu a maniba, o café, e o cacau; enquanto aprende à custa da povoação o que são estes géneros quando se plantam e como se cultivam, passa-se três e quatro anos. Ei-lo que estava nos termos de a dirigir, pela demora dos quatro anos, que gastou em aprender a servi-la bem à custa dela, ei-lo rendidos por outro, tão ignorante como ele no princípio. Assim caem as povoações, e recaem de infância em infância dos directores, quando para seu maior mal não se mudam de umas para outras mãos absolutas, e tão absolutas que nas suas vilas e lugares, ou antes ducados, marquezados, e condados livres dos directores, os índios sofrem atados à fiel coluna do seu sofrimento».

Ainda na carta que estava apreciando, indica o Dr. Alexandre R. Ferreira o que entende necessário e vantajoso fazer-se sobre localização das diversas culturas e dá ideia do regime conveniente da «Fazenda do Rey» e das obrigações dos intendentes. E lamenta que nada possa fazer por si sobre a questão, «porque — diz — nem há em mim autoridade de Magistrado que de voz própria decida, nem por simplices insinuações se consegue nada; gasta-se o tempo em informes, esperas de ordens, intrigas de câmaras...».

Em seguida dá conta dos seus trabalhos na Ilha Grande «em um conhecimento substanciado pela recapitulação inclusa; digo recapitulação, porque as observações miudas da Filosofia seria um nunca acabar, o escrever todas enquanto não volto».

Anuncia nova remessa de produtos (a 3.ª já) e diz — «Não pondero a V. Ex.ª o incessante trabalho que isto custa, porque a V. Ex.ª medir o tempo desde que desembarcamos da charrua a 22 de Outubro até hoje 23 de Dezembro são passados 2 meses... advirta V. Ex.ª que o Jardineiro Botânicoâ à excepção de 9 dias todo o mais tempo esteve de cama gravemente enfermo...».

Nesta mesma carta anuncia a partida para o Rio Negro daí a 13 dias, «onde vai o Coronel Gama que hei-de acompanhar até o Pani, porque nesta serra devo demorar—» (Doc. n.º 8).

Ainda no ano de 1783, o Dr. Alexandre R. Ferreira requereu, já em serviço no Pará, que lhe fosse conferida «a mercê do hábito em qualquer das três ordens militares...»; como prémio pelos serviços prestados gratuitamente como «demonstrador da História Natural», durante 2 anos na Universidade de Coimbra, e, depois disso, durante 5 anos, em Lisboa, antes de partir para a sua missão, «na disposição e redução do seu Real Gabinet da Ajuda... e também pelo serviço de que agora se achava encarregado — hum serviço tão novo neste Reino...» (Doc. n.º 9).

Este requerimento era instruído por um atestado de Domingos Vandeli, na qualidade de prof. da faculdade de Filosofia na Universidade de Coimbra e que é o Doc. n.º 10 destas «Notas».

Mais tarde, com efeito, foi o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira agraciado com o Hábito de Cristo, como se verá no decorrer destes apontamentos cronológicos.

1784 — Em 3 de Fevereiro, comunica o Dr. Alexandre a Martinho de Melo e Castro não ter afinal partido para o Rio Negro, «como partiu o sobredito coronel [1], nem partiremos, segundo diz o Sr. General, se não para Março», porque «A verdade — diz — é que nem há canoas na Ribeira, nem são muitos os índios, e muito menos os soldados práticos e experimentados, porque tudo quanto há de bom pára hoje no Rio Negro». E segue: «E para que estando nós aqui não deixássemos no entanto de observar alguma coisa, resolveu-se» (o general) «a levar-me na sua companhia e ao riscador José Joaquim Freire para a vila do Cametá, donde passámos pelos

(1) Vide Doc. n.º 8.

lugares de Bayão, S. Bernardo, até à Fortaleza de Alcobaça no Rio Tocantins».

Aprecia, com satisfação, a considerável densidade populacional da vila referida, achando-a, ao mesmo tempo, «polida e assaz cultivada em roda por todas as ilhas adjacentes e infinitos cacoais», ao contrário do que, com desgosto, observou em Bayão, onde verificou a existência de «uma terra preta forte, coberta de pés de anil bravo da altura de vara e 1/2, e mais, com outros pés de tabaco, etc.... todo o mato de Alcobaça composto de altíssimos e grossíssimos castanheiros, donde tiram não só as castanhas chamadas impròpriamente do Maranhão, mas as cascas dos troncos de que tiram a estopa com que calafetam as canoas...». Prossegindo, refere factos de indisciplina e de ousadia do gentio: «Donde se segue — diz — que por estas paragens e pelas outras que lhe são próximas... desamparam as suas fazendas os Proprietários, e são perigosas as viagens...».

Refere-se depois aos desenhos das perspectivas do Cametá e à do Palácio do Governador. «Eu — continua — no entanto vou trabalhando no que devo, e fazendo por estes subúrbios as minhas visitas, a todos prègando o apreço que devem fazer da Agricultura, que se cultivarem o cânhamo farão serviço a S. Magestade e lucro para si, e já tenho convertido alguns rebeldes desconfiados a plantarem...».

Diz ainda: «Visitei a Ilha da Cutijuba onde possue o Capitão Luís Pereira da Cunha um perfeitíssimo engenho de branquear o arroz...», do qual prometo enviar «não só as amostras do arroz e os desenhos das máquinas...» mas também a argila encarnada, a ochra de ferro e tabatinga que lá recolhi». Finalmente, agradece ao ministro a nomeação do seu irmão Bartolomeu cónego da Sé da Baía, e diz esperar do mesmo ministro que também a ele, Dr. Alexandre..., se o merecer, há-de algum dia amparar...». (Doc. n.º 11).

Em Março seguinte, comunica a Martinho de Melo e Castro que continua na cidade do Pará, «averiguando sòmente o que há de mais óbvio pelos seus contornos, enquanto nem he possivel ao Ex.mo Senhor General dispensar os Indios... nem expedir a viagem do Rio Negro, porque dura ainda a mesma falta de canoas... Anuncia nova remessa de produtos: «Remetto agora o trabalho que em circunstancia tais me he possivel:

vay cheyo de ochra o barril n.º 1: he da Ilha Cutijuba: e não só nella, mas por muitas ilhas destas, e Costas ha quanto se queira; assim vão outros barris de Tabatinga (1), de barro cury (2), de mica do rio Guamá (3), do tijuco (4)...; do mesmo modo remeto o barril da cola do Peixe Gurujuba (5)...; juntos com elles vão os papeis que V. Ex.ª avaliará como fôr servido, lembrando-se de quão extensa foi a comissão que confiou a hum só homem, muito novo ainda nos caminhos da sabedoria util, e que não só trata de averiguar incripções, costumes, literaturas, comercios, agriculturas, alem do peso enorme das producções dos 3 Reinos, mas que hade fazer copiar de tudo copias para irem e para ficarem».

Dá notícias das experiências da cultura do cânhamo e das formigas que o atacam — «devorão» —. Refere-se em seguida à «muita e já demasiada honra que no publico e no particular se digna fazer (o governador) aos nossos estudos tais quais, devendo a Hist.ª N.al deste Paiz respeitar no dito Snr. hum dos seus Mecenas, pela ancia com que deste estudo pretende offerecer aos olhos simplesm.e curiosos objectos também curiosos, mas com suas averiguações enriquecer de géneros o comércio, adiantar a agricultura a felicitar o Estado». (Doc. n.º 12).

Nòvamente escrevia ao Ministro Martinho de Melo e Castro, em 30 de Junho do mesmo ano de 1784, dando-lhe conta do estado precário da sua saude «desde o meado do mez de Abril até ao presente, em que trato de ir convalescendo». Relata a seguir — e é bem digno de ler-se, por gracioso, a má língua e talvez má vontade contra ele — as opiniões diversas sobre a sua doença, tanto do vulgo, como dos médicos. E diz, finalmente, sobre o caso patológico, que tanta preocupação produziu: «No entanto em toda a Cidade, pela qual se espalhou que eu tinha mais

---

(1) do tupi tobatinga — argila branca, ou marga.

(2) argila corada de vermelho, que se utiliza ou utilizava na indústria de tinturaria.

(3) Vide nota (1) do Doc. n.º 12.

(4) Diz o Dr. Alexandre R. Ferreira na Participação (Primeiro do seu Diário que é a argilla vitriolacea de Linnco, mais ou menos entremeada do chamado taná, que é a ochra de ferro amarella».

(5) Vide nota (2) do Doc. n.º 12. (O autor destas «Notas»).

que melancholia hum me ha tido por scismatico, outro por melancholico, e alguns por pateta; dar-se-ha caso que ainda aqui estejão os Jezuitas destros em empatarem as basas?».

Manifesta o seu reconhecimento ao governador pelo carinho com que o acompanhou durante a sua doença e diz: «...nem houve na sua meza acepipe que elle julgasse vir a proposito para a minha doença, que me não enviasse, nem sinal publico ou particular de protecção que me não mostrace. Se este não fôra, ha muito já que eu teria a minha previzão de pateta; quero saber tudo em tão pouco tempo, dizem os oraculos, quero pedras, quero plantas, quero historia, quero animais, tanto ler faz tresler. No entanto que se me figura hir caminhando por entre a simplicidade das pombas, e a astucia das raposas, tenho mais esta observação que ajuntar às outras do Estado».

Preocupa-o a seguir a maneira como decorrem as experiências da cultura do cânhamo, que tanto lhe havia sido recomendada pelo ministro, e faz considerações judiciosas sobre as condições ecológicas apreciáveis, que ainda hoje são verdadeiras.

Noticia depois que em breve estarão prontas as canoas para seguir para o rio Negro, salvo se o seu estado de saude o não permitir, mas que se tal suceder, «será preciso que vão indo adiante os desenhadores, para ao menos riscarem plantas, que a todo o tempo se reduzem...». (Coc. n.º 13).

Em 1 de Setembro mais uma vez escreve a Martinho de Melo e Castro anunciando-lhe «a terceira remessa das producçõens naturais desta cidade, onde as tinha recolhido desde 11 de Outubro do ano passado (1) até hoje o 1.º de Setembro de 1784». Diz incluir nesta remessa o «Prospecto da cidade, que levou 7 meses a concluir-se: falta ajuntar-lhe á miscellania historica que lhe serve de explicação...».

Referindo-se à viagem pelo Rio Negro. diz: «Agora que o Sr.

(1) Há aqui lapso de data, visto que só ali aportou no dia 22 do referido mês de Outubro, como se vê no Doc. n.º 8, ou no dia 21, como diz na carta de 10 de Outubro del874 (Doc. n.º 16).

General embarca a visitar as Villas de Mazagão (1) Macapá, e muitas outras, faz-nos a honra de nos levar na sua companhia até onde o podermos acompanhar sem perca de tempo e de trabalho», e afirma-se já capaz de fazer a viagem por «já meio convalescido». Diz mais abaixo: «...fazemos tenção de daqui a 1 ano chegarmos ao Rio Negro, pela demora que devo ir fazendo em cada povoação, para de cada huma remetter a V. Ex.ª o seu prospecto, com o estado presente do comércio, dos seus indios, etc., e muito particularmente da serra do Pani, cujas producçõens devo examinar de espaço».

Comunica que, na sua ausência deixa «incumbido o capitão Luiz Pereira da Cunha» de despachar as remessas futuras, que — diz — he um homem que tenho achado muito bem versado nas coisas do Paiz, onde está ha 30 annos, com notavel curiosidade, e paixão por estas averiguaçõens, e já V. Ex.ª sabe que elle o dono do melhor engenho de descarcar o arroz, cujo desenho remetti a V. Ex.ª...».

Lamenta a falta de braços com que o mesmo capitão luta para o «fabrico do anil...». E diz mais abaixo: «Em se lhe darem para este fim os indios precisos não se fazia coisa tão nova, que não fosse a mesma que ordena que se faça a Carta Regia de 24 de Novembro de 1711, recomendando nella S. Mag. ªque se faça a deligência possivel por affeiçoar alguma pessoa a fabricar anil dando-se todos os indios que para o dito fabrico pedir, e ainda tudo o mais...»

Finalmente, diz: «...V. Ex.ª sabe que á se não fazer certa a paga do genero, não se pode applicar a elle o lavrador que paga aliás a cada indio o salario de 1.200 por mez, o sustento, etc....». (Doc. n.º 14).

---

(1) Em 1768, o Marquês de Pombal entendeu que a praça do Mazagão, no império de Marrocos, não era digna, por qualquer título, dos sacrifícios de gente e de dinheiro, que custava, por virtude das lutas constantes com os mouros, e, por isso, como é sabido, ordenou ao seu Governador, Diniz Gregório de Melo e Castro, que a abandonasse, o que se realizou em Março do ano imediato. Os seus habitantes vieram para Lisboa, e depois foram enviados para o Grão-Pará e ali fundaram a colónia denominada Vila Nova de Mazagão, que é, certamente, aquela a que o Dr. Alexandre R. Ferreira se refere nesta carta.

(Comentário do autor destas «Notas»)

Em 18 de Setembro escreve uma longa carta ao «Governador, e Capitão General das Capitanias do Pará, e Rio Negro», Martinho de Sousa e Albuquerque, despedindo-se, por a missão seguir para o Rio Negro, e principia:

«Depois de ter observado pelo espaço de 11 meses as producções naturais desta cidade, e suas ilhas adjacentes...» (1).

Diz a seguir: «Desejoso de a cumprir, obedeço à ordem, que tenho de visitar o Rio Negro, considerando nella o complemento da afeição, com que V. Ex.ª se dignou olhar para mim, e para todos nós, os que, à imitação de V. Ex.ª, nos consagramos à gloria da Nação, e à prosperidade dos povos. Felizes nós, se executando à risca as instrucções de V. Ex.ª, nisso ao menos lhe mostrarmos a nossa gratidão; a unanimidade, com que o promettemos, he hum vivo indicio do sucesso, que hade acompanhar os nossos esforços; porem muito mais feliz eu, se restituido ,algum dia ao descanço, que requer hum historiador, poder então colocar no frontespício da História Natural e Civil deste Estado o Respeitavel nome de V. Ex.ª...».

Refere em seguida o conceito honroso em que o mesmo governador o tem, citando frases por este proferidas em público a seu respeito: «O Philosofo que eu protejo (dizia V. Ex.ª) não postila por officio, nem emagrece de argumentar; os fins que elle se propõe são muito diversos... condoido das urgentes necessidades dos seres vivos — homens, animais e plantas — e estudando a mineralogia fez mil observaçõens uteis». Prossegue, desenvolvendo abundantes conceitos históricos e filosóficos e afirma depois: «...aparta-me da Presença de V. Ex.ª o bem publico, e o meu coração atravessado de mais pungente saudade, he obrigado a deixar huma Cidade, cuja fortuna invejo...». (Doc. n.º 15).

Em 10 de Outubro seguinte — já em viagem pelo Rio Negro — escreve a Martinho de Melo e Castro, da vila de St.º António do Curupá. Comunica a remessa da prometida Miscelânia Histórica (Vide Doc. n.º 16) e diz: «He hum complexo de observações gerais sobre diversos objectos, como V. Ex.ª verá, que devem algum dia, depois de digeridos differentemente, fazer parte da *História Natural e Civil deste Estado*». E con-

(1) Compendiou o resultado da sua acção nestas paragens no trabalho intitulado «Estado presente da Agricultura do Pará».

tinua: «He o terceiro Papel que conclui no espaço de tempo que decorre desde 21 de Outubro do anno passado até 19 de Setembro do presente. Deste dia por diante acompanhei ao Sr. General, entrando com elle nas villas de Oeyras, Melgaço e Portel, donde sahimos juntos em demanda da bahia do Macapá; mas não o havendo encontrado mais pelo espaço de 3 dias, desde que entrei no canal do Tajupurú, refleti que de parte a parte havia incomodo, da de S. Ex.ª em andar esperando a cada passo, por navegar a minha canoa muito ronceira à remos, em consequência da carga, e da minha em forçar o remo da minha equipação, noite e dia, para compensar, devendo aliás poupar os indios para mais dilatada viagem» (1).

Mais abaixo dá uma ideia de que é a vila e, relativamente à agricultura local diz: «...a terra tudo produz o cacao, de que ha matas naturais nas Ilhas da Costa fronteira, o café, o tabaco de que abundão todos os quintais, o arroz nos pantanais, a maniba (2) o algodão; mas a fertilidade da terra he o que faz mal à Agricultura neste paiz; fião-se todos no cacao que vão buscar às ilhas... e como está certa a pequena colheita com que cada hum se contenta, com tanto que não trabalhe nem cuidão de planta-lo, nem ao menos de conservar alguns pés que ha. Outros que querem não podem por falta de braços». (Doc. n.º 16).

1785 — No dia 9 de Janeiro de 1785 escreve o Dr: Alexandre, de Santarém, a Martinho de Melo e Castro e, desculpando-se de serem muito espaçadas as suas notícias, diz: «...porque assim o permittem a distancia em que me acho, e a multiplicidade de observações a que devo occorrer. Não que eu me esqueça Snr. Ex.mo da mão Benefica que me tira do meu nada, e por graça muito particular me consagra ao primeiro serviço que neste género o Estado faz a S. Magt.e...».

Informa depois: «Demorei-me portanto, por espaço de 9 dias na vila de Curupá... observando tudo quanto tenho minutado a respeito della;

---

(1) Vide sobre o caso a nota (1) da carta em referência, que é interessante por mais de um título (Doc. n.º 16).

(2) A mandioca *(Manihot utilissima.* Pohl., da família das *Euphorbiaceas)* de que se extrai, como é sabido, a farinha de Pau e a tapioca.

(o autor destas «Notas»)

minuta porem que a V. Ex.ª será apresentada, quando o Ex.mo Snr. João Pereira Caldas me socorrer com algum escrevente, porque além de que esta minha letra he incapaz de ser lida por V. Ex.ª, pela sua pequenez, eu também perco tempo em copiar minutas o tempo que devo empregar em observar. De cada huma das vilas conservo hum apontamento que faço...» (Doc. n.º 17).

No dia 2 de Março — ao chegar a Barcelos, de regresso da primeira parte da viagem pelo Rio Negro — escreve a João Pereira Caldas. Encarece a acção notável deste governador, referindo factos de relevo e diz: «...motivos ha muito já, que me fazião suspirar por este dia, em que tenho a honra de me apresentar a V.Ex.ª». Regista os serviços e comissões que Pereira Caldas tem desempenhado e desempenha e conclue: «...e para o dizer de huma vez, presidindo à demarcação da Nova Luzitania (refere-se ao Brasil)...» « Tal é a fortuna que em V. Ex.ª se promette á História Filosofica da Luzitania Equinocial» (o Brasil).

Continuando, e com entusiasmo decidido, reconhece os bons cuidados que ao governador Pereira Caldas tem merecido as questões agrícolas... E de quanto lhe ouviu sobre a sua missão filosófica, escreve: «...se athé eu agora estou ouvindo o que V. Ex.ª me recomenda a respeito do emprego, de que venho incumbido. A História Natural deste Estado — me está dizendo V. Ex.ª — nem requer demaziados conhecimentos ,nem esforços de talento superior para lhe perceber a utilidade.

O que teria elle retribuido aos nossos Principes, se ha mais tempo já tivessem tomado os seus progressos!». E continuando a encarecer a importância económica da missão, insurge-se contra a opinião daqueles que julgam «estragado» o tempo com tais estudos. Mas — diz —«...prosseguindo em estragalo por este modo assim trata de confundir ou o orgulho, ou a ignominia do homem...».

Referindo-se depois ao desprezo que os maldizentes votam e pretendem que outros votem a tais trabalhos, diz: «...em consequência do desprezo perturbarem os pusilamines, que começão a ser illustrados; refinar-se o odio que a ignorancia atiça contra os Estudos Naturais; maquinar as suas suggestões a preguiça, e contra o mais leve trabalho escandecer-se o amor proprio».

Sim Snr. Ex.mo — diz o Dr. Alexandre R. Ferreira — eu fico altamente persuadido destas verdades...».

«A protecção de V. Ex.a me assegura a felicidade das descobertas, debaixo della a História Natural desta parte da America, parecerá sobrenatural na Europa».

«Feliz aquelle (dirá algum dia a Posteridade) que para instruir-se nos interesses da Nação, servir neste Emprego à Soberana, e no seu serviço executar as ordens de V. Ex.a, sujeitando-se voluntario

A perigos incognitos do Mundo
A naufragios, a peixes, ao profundo

Camões — Canto X. Est. CXLVII»
(Doc. n.º 18).

No dia 16 de Junho escreve de Barcelos a Martinho de Melo e Castro, acusando a recepção do ofício que lhe dirigiu em 18 Dezembro de 1784, e diz: «Agora mais do nunca, acabo de vir ao conhecimento do Honradissimo Timbre, que V. Ex.a faz de premear com mão larga, não digo os serviços feitos a S. Magt.e mas a vontade de os fazer. Conheço que nem he o meu talento, nem são por ora os meus insignificantes serviços, os que na Presença de V. Ex.a se fazem dignos de tão avultado premio..., quiz também adiantar-me a approvação do meu trabalho...».

Aprecia, seguidamente, os elementos que João Pereira Caldas lhe tem facultado «concernentes ao Artigo da Ágricultura, onde trato de quotidianam.e aprender o que me falta, para bem servir S. Magt.e e merecer por isso a aprovação de V. Ex.a. O fruto desta instrucção será apresentado a V. Ex.a quando pelo decurso do tempo fôr esfriando o calor que o amor proprio communica às obras de cada hum, e resumindo já desde agora, e que então heide dizer, repito o mesmo que já S. Ex.a tem participado a este respeito, que o Estado he grande, as terras ferteis, porem os braços poucos, o que acrescento de novo, he o que suplico a V. Ex.a que me perdoe o dize-lo, por ser dito com o zelo que V. Ex.a me recomenda no serviço de S. Magt.e acrescento pois que sendo hum dos obstaculos da Agricultura do Paiz a incorrigivel altenancia, ora para o cacao, já para o assucar, já para a Maniba, muito mais se arreiga na terra e muito mais se

radicão os lavradores em tão perneciosa maxima...». E alarga-se em considerações judiciosas sobre a questão.

Mais abaixo, refere-se à introdução de cultura do arroz e — diz —: «abençoada a sua cultura», citando quantidades até à data produzidas e que poderão vir a produzir-se. Diz, finalmente: «Acrescente V. Ex.ª que a propriedade da terra é tal, que hum alqueire de arroz ordinariamente produz de 100 até 120, e se o anno corre bem, sobe a 150 alqueires. He logo certo o que digo, que por falta de braços se não colhe todo quanto arroz, algodão, cacao, caffé, anil, urucú (1) etc. (Doc. n.º 19).

1786 — No dia 8 de Janeiro de 1786 regressou a missão a Barcelos, da sua viagem «á parte superior deste Rio (o Negro) e aos outros dalli nelle confluentes...». Em seguida informa: «...e estão agora apromptando os respectivos riscos, os productos que colherão e as relativas observações...». (Doc. n.º 20). Ofício de João Pereira Caldas para o Ministro.

Entretanto, o incansável Dr. Alexandre R. Ferreira — «Verdadeiro Missionario de Ciencia», como lhe chamou o Dr. Carlos França (2) — concluìa a redacção das «primeiras cinco participações em que Vmcê — diz João Pereira Caldas — resolveu dividir a informação que lhe encarreguei de dar-me da sua viagem á parte superior deste Rio ...».

Em verdade, *nulla dies sine linea*, como disse Costa e Sá (3).

João Pereira Caldas, em carta de 15 de Abril de 1786, «Para o Naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira», referindo-se às cinco participações recebidas, diz: «... elas me deixão muito individual e circunstanciadamente inteirado do quanto Vm.ce indagou, observou e me propõem como o mesmo prestimo, zelo e acerto com que costuma empregar-se e distinguir-se no Real Serviço; e as ditas participações e Memorias que as acompanhão ... será tudo encaminhado á Soberana Presença de S. Mages-

---

(1) Substância corante, amarela, do fruto do *urucueiro*, planta pertencente à família das *Bixinias* ou *Bixacias*, utilizada para dar aos tecidos de algodão, de lã ou de seda, a primeira coloração, ou de aparelho, que se pretende tingir.

Com urucú se pinta também madeiras, cabedais, faianças, manteiga, etc.

(*Comentário do autor destas «Notas»*)

(2) «Boletim da Sociedade Broteriana» — 1922 — Vol. I, Fasc. 2, págs. 69.

(3) Loc. cit.

tade, logo que Vm^ce puder apromptar as duas referidas restantes participaçõens, pois que assim juntas constituirão, e manifestarão completo aquelle importante, curioso e util volume dos seus trabalhos, e disvelos resultante ...». (Doc. n.º 21).

No mesmo dia 15 de Abril de 1786, escreveu João Pereira Caldas ao «Comandante da fortaleza da barra do Rio Negro»: «Achando-se o doutor Naturalista Alexandre Roiz Ferreira a partir daqui brevemente para o Rio Branco, ...; devendo com o mesmo fim primeiramente encaminhar-se até essa fortaleza, ou até á foz e confluencia deste Rio com o das Amazonas ...». (Doc. n.º 22).

Ainda na mesma data, anuncia João Pereira Caldas ao «Comandante da fronteira do Rio Branco e da fortaleza de S. Joaquim» que, «achando-se disposto a partir daqui e a entrar nesse Rio e nos seus confluentes, até onde parecer preciso, o Dr. Naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, para com os dois desenhadores e o jardineiro botanico que o acompanhão ...». (Doc. n.º 23).

Efectivamente, patiu em 23 do mesmo mês de Abril. Mas dias antes — no dia 17 do mesmo mês de Abril — escreveu uma longa carta a Martinho de Melo e Castro comunicando-lhe que «remette 7 memorias: sobre tartarugas; peixes boys; sobre cuyas; sobre louça; salvas de palhinha; sobre isqueiros, instrumentos de que usa o gentio para tomar o tabaco Paricá (1), 19 voulmes de productos e 118 desenhos, incluindo o que aqui entreguei a S. Ex.ª, e tinha o titulo de — Plano de viagem, que representa a porção do Rio Negro, desde a Villa capital de Barcellos, até á Fortaleza fronteira de S. Joseph de Marabitenas, conforme as cartas antigas; e as porçõens dos Rios Uaupés, Içana, Ixié, Dimity, Canaburys, Padauiry e Uaracá, navegados e estimados em viagem da Expedição Filosofica, pelos ditos Rios. Todos os outros riscos são privativos desta expedição na qualidade de filosofica: porque vão 12 Prospectos das villas, e dos lugares — 9 de cachoeiras e 96 de Plantas, e de animais. Se a esta somma ajuntar V. Ex.ª a de 112 desenhos da remessa passada, tirará o total de 230, que são os que deste rio tenho posto na presença de V. Ex.ª.

(1) Vide nota (1) do Doc. n.º 24.

«Agora — continua — que concluo esta remessa, fico a partir para o Rio Branco, onde me heide demorar até ao fim de Agosto, emquanto V. Ex.ª não resolve ao Exm.º Snr. João Pereira Caldas, se heide ou não entrar no rio Jupurá; V. Ex.ª não especificou esta viagem na ordem que dirigiu a S. Ex.ª, e por outra S. Ex.ª se não quer encarregar de a dispor em seu nome ...».

Mais abaixo, parece depreender-se que tem já vontade de regressar a Lisboa (e não admira) quando diz: «Sabe V. Ex.ª que quasi estão findos os 3 annos, que hum naturalista pode trabalhar em tão diff[tes] repartiçõens, e sabe, que ainda ha muito que trabalhar na capitania do Pará. Persuado-me portanto, que tenho a felicidde de fallar a V. Ex.ª, que bem conhece as minhas intençõens, e quão longe estou de me subtrair ao serviço de S. Mag[e], e ás ordens de V. Ex.ª ..., mas como este serviço he de natureza tal que ... quanto mais se prolongar a collecção dos productos, mais retardará depois o conhecimento individual de cada hum no confuso chaos de milhares de producçõens diversas ...».

Refere-se em seguida à regulamentação da cultura do anil de João Pereira Caldas, diz: «S. Ex.ª porem aplica muit[o] particularmente o cuidado, e industria possivel por affeiçoar a esta manufactura os moradores estabelcidos nesta capitania, ... Ficão já encarregados de sua fabrica 4 distintos moradores, de palavra e de desempenho: as terras são propriissimas, a mão de obra fica muito aperfeiçoada, e he de esperar, que cedo suba a sua exportação a ponto de lisonjear a espectação de V. Ex.ª. O ponto está que seja V. Ex.ª servido de animar os Lavradores, na razão de se lhe fazer certa a paga das quantidades, que manufacturarem, proporcionando-se o preço á qualidade do genero». (Doc. n.º 24).

A expedição chegou à fortaleza de S. Joaquim do Rio Branco no dia 26 de Maio de 1786, como informa o respectivo comandante em carta de 27 de Junho do mesmo ano, dirigida a João Pereira Caldas. Mais informa que no dia 29 do mês de Maio referido visitaram a serra dos Cristais: «... elle (o Dr. Alexandre) para reconhecer a sua qualidade e eu para em consequencia dos meus conhecimentos deliberar o que fosse justo a respeito da cautela e conservação daquelles sitios ...

Pelas seis horas da tarde do dia 30 aportamos na margem do rio

Sorumú (1) ..., e passados 3 dias de marcha chegamos á serra que se intitula dos Cristais, passando no caminho o referido Doutor e seu companheiro José Joaquim Freire os encomodos dos grandes e continuados pantanos, subindo e descendo serras com a mais indizivel constancia ..., e a viagem toda foi concluida em 10 dias, e chegámos a sete do corrente mez, aonde achei hum Principal da Nação Oaiacás (2) ...». (Doc. n.º 25).

As pesquisas a que esta carta se refere haviam sido especialmente recomendadas por Martinho de Melo e Castro em 1781, como se vê na carta que João Pereira Caldas lhe dirigiu em 17 de Agosto de 1786, ao dar-lhe notícia das diligências sobre a questão feita pelo Dr. Alexandre R. Ferreira, fazendo notar, porém, «que a actual conjuntura da demarcação, e a confinante, e enfraquecida paragem em que os maiores exames se deverião praticar, são atendiveis obstaculos, para em tais situaçõens se não promoverem semelhantes descobertas, ao menos sem nova e expressa ordem de S. Magestade.

Desde a tarde de 3 do corrente mez — continua —, se acha aqui recolhido o referido Doutor da sua viagem feita ao expressado Rio Branco, na qual havendo-se comportado com o seu costumado zelo e prestimo, elle presentemente informa ...». (Doc. n.º 26).

Em 3 de Novembro escreve João Pereira Caldas novamente a Martinho de Melo e Castro, remetendo «... uma exacta copia do Diario formado pelo Dr. Naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira sobre a sua viagem feita desde esta Villa Capital até á fronteira de S. José de Merabitanas (3), e ao dito Diario vão juntas..., e outras memorias aos exames da sua expedição filosofica relativas. E tudo espero que possa servir de

---

(1) Vide nota (1) Doc. n.º 25.

(2) Vide nota (2) Doc. n.º 25.

(3) Encontra-se, na vasta documentação, o nome desta aldeia, ou coisa parecida, escrito de várias maneiras: — *Mazabitenas, Marditenas*, etc. — penso, contudo, que a grafia correcta será Marabitanas (corrupção de Marapitanas, nome dos indígenas que habitam na margem direita do Rio Negro, 50 quilómetros abaixo do canal do Cassiquiari, que liga o rio Negro com o Orenoco e para cima do qual aquele rio passa a ter o nome de Guainia).

(*O autor*)

justo abono do merecimento e trabalho do tão util e prestimoso Vassalo». E continua: «Elle fica agora apromptando a outra parte do Diario da Viagem feita até á foz deste Rio e ao Branco ...». «E fica esperando o que S. Mag.e resolve sobre a entrada do Japurá ...». «Elle se acha bastantemente molestado e abatido; porem assim mesmo procura muito honradamente desempenhar as suas obrigaçõens, quanto a possibilidade lhe permite. Os companheiros se igualão á mesma imitação». (Doc. n.º 27).

No dia 14 do mesmo mez, mais uma vez escrevia o Dr. Alexandre a Martinho de Melo e Castro, a dar nova conta dos seus trabalhos, comunicando a saída da quarta remessa de produtos do rio Branco, constituída por «11 volumes ...». «Por outra parte — diz — não ha muito que variar a respeito de animais maiores, porque os deste são os mesmos que os dos outros rios; e á excepção das plantas, de que tambem a maior parte é comum ao Estado, tudo o mesmo se observa, e recolhe, tanto nesta como na outra Capitania. Razão, porque devo dizer a V. Ex.ª que quanto tem até agora sido possivel não escapar aos olhos de hum unico Naturalista, e este tão pensionado, como me tenho visto, com toda a casta de observaçõens Philosophicas, e Politicas, posso seguramente affirmar que pela minha parte tenho formado huma ideia geral, do que aqui ha de produtos: Não que para averiguações de todos quantos ha bastasse a minha vida, mas nem a de huns poucos de Naturalistas, que se succedessem e quizessem com especialidade completar a Flora do Estado. Nelle tenho visto que vivem as plantas de Guiana, e que por conseguinte a Flora daquella é a mesma que a deste Paiz, com a differença de infinitas outras, que ou o Naturalista francez não pôde ver, ou realmente as não ha ally. O que digo dos productos he o mesmo que digo da politica do Estado; persuado-me, que do seu estado presente, relativamente ao Comercio, Agricultura, População, e Manufacturas ... tenho as ideias que bastão, para a V. Ex.ª dar a razão dellas, quando fôr servido chamar-me ...».

Referindo-se em seguida ao trabalho e zelo constantes de expedição e ao estado sanitário pouco satisfatório da sua pessoa e dos desenhadores «depois da viagem do Rio Branco ...». «Por isso não vão agora mais do que 28 desenhos, refletindo porem V. Ex.ª que dentro em 3 annos monta acima de 400 os que se tem enviado, verá, que as suas informações são

o seu trabalho». E continua: «Creyo que tem tido a felicidade de chegar ás mãos de V. Ex.ª. — Digo que creyo, porque depois da ultima carta de Julio Mattiazzi, na data de 20 de Junho de 1784 (1), nem sequer tenho sabido, se lá tem chegado as producçõens remettidas. E esta é a mais pungente mortificação que passo, vacilando sempre, se ao penosissimo trabalho, que ellas custão em observar, recolher e preparar ...». (Doc n.º 28).

A propósito da opulência florística que o Dr. Alexandre R. Ferreira acusa nesta carta, julgo interessante recordar o que ele próprio diz sobre o caso na «Participação Primeira» da segunda parte da sua viagem pelo rio Negro. Diz ele o que muito em resumo segue: «Que dificuldades não propuzeram aqui a V. Ex.ª os entendidos do clima, e dos terrenos, por ocasião de mandar dispor uma horta, para a mesa dos Empregados?

As mesmas, sem duvida, que no Pará se propuzeram aos Introdutores das hortaliças, e de alguns frutos da Europa, e da outra parte da America, mas que todos elles as desprezaram como deviam, e trataram de introduzir seriamente as novidades que davam proveito. Pode-se dizer que do tempo do Exmº Senhor Francisco Xavier de Mendonça Furtado (2) para cá, se principiou a cuidar da horticultura do Estado ...». «as couves que haviam introduzido os missionarios, eram a murciana, lombarda, tronchuda e galega ...». «O Illmº Exmº Snr. Manoel Bernardo de Mello e Castro persuadio e familiarisou a cultura dos repolhos ...». «Das sementes, que

---

(1) Vide Doc. n.º 28.

(2) Irmão do Marquês de Pombal que, por ordem deste, foi governador e capitão-mór do Pará e Maranhão, incumbindo-lhe especialmente a repressão da actividade jesuítica e submeter os índios, que os jesuítas dominavam, ao governo da metrópole. Foi depois (1759) secretário de estado dos negócios do reino e, em 1762, passou a chefiar o ministério da marinha e domínios ultramarinos, onde se conservou até 1770, ano em que foi substituído pelo tão falado, nestas «Notas», Martinho de Melo e Castro.

do Mato Grosso foram remetidas ao Mestre do Campo Secretario do Estado Marcos Joseph Monteiro de Carvalho, procedem os maiores pepinos ...». «A salsa procede da semente, que da Parnaiba mandou o Mestre de Campo João Paulo ...», e isto «foi o mesmo que pelo tempo adiante succedeu a outras plantas de fructos uteis e exquisitos. Das Parreiras se diz que as mandara vir de Portugal o Exm° Snr. Francisco Pedro Gurjão, que as dera ao Religioso Mercenario Fr. Lino Joseph Freire ...; que conforme as podam assim dão tres e quatro vezes no ano. O limão doce se deve á deligencia do Exm° Snr. Joseph da Serra ...».

«A atas (1) foram introduzidas pelo Governador da Fortaleza de Santarem, que ou as mandou vir, ou as trouxe elle mesmo do Oriente, e delle se suppõe que fôra um dos que propagaram as Canelleiras (2), e muitos fructos da Asia ...». «O capitão João Manoel Rodrigues mandou vir da Bahia as sementes da Manga (3) e da Jacca (4) ...». «Tambem nasceu o Tamarino (5) ...».

Semelhante actividade de fomento agrícola no Brasil tinha a sua origem, que eu saiba, no século XVII, mercê da proposta ao rei feita pelo padre António Vieira, como se vê na carta que dirigiu ao conde de Macedo em 23 de Maio de 1689.

Dizia o jesuita e orador célebre: «... O segundo negocio que pratiquei a S. M. foi que mandasse passar as drogas da India ao Brasil, referindo como nele nasciam e se davam igualmente, e El-rei Manuel as mandara arrancar sob pena de morte, para conservar a India, como com efeito se arrancaram todas, ficando somente o gengibre (6), da qual se disse discretamente que escapara por se meter pela terra dentro, como

(1) Fruto da ateira, planta da família das *Anonaceas*.

(2) *Cinnamomum zeylanicum*, Breyn, da família *Lauraceas* ou *Laurineas*.

(3) Fruto da Mangueira *(Mangifera indica)* da família das *Anacardeaceas*.

(4) Não sei se jaca, planta *(Artocarpus integrifolia)*, se Jaca, fruto da jaqueira-árvore do pão — *(Artocarpus incisa)*.

(5) Tamarindo ou tamarindeiro *(Tamarindus indica; L.)* da família das *Leguminosas*.

(6) *Zingiber officinale*, Roscoe, da família das *Zingiberaceas*.

raiz que é (1). Consistia a utilidade deste meio em que, tendo nós no Brasil as ditas drogas, e sendo a condução delas tanto mais breve e mais facil, as podiamos dar muito mais baratas que os Holandeses, com que os ficavamos destruindo na India ...». «E este — dizia mais abaixo — é o segundo negocio ou arbitrio que tambem tardou, mas não se desvaneceu, sendo tão pouco subtil que o entendem aqui os cafres, e o exercitam com a enxada na mão».

1787 — Em 20 de Fevereiro, mais uma vez o Dr. Alexandre R. Ferreira escreve a Martinho de Melo e Castro a dar notícia de mais uma remessa, constituída por 21 volumes de produtos colhidos nos seus estudos. Mas o fim principal desta sua carta é o pedido de promoção de seu irmão Bartolomeu a cónego de «Inteira Prebenda» da Sé da Bahia, onde já era cónego de meia prebenda desde 1784, como se vê no doc. n.º 11 destas «Notas», e diz: «... outra vez ponho na sua presença o memorial incluso do meu irmão Bartholomeu...». (Doc. n.º 29).

(O memorial referido vai, na ordem dos documentos destas «Notas», com o n.º 29 *a*).

João Pereira Caldas, em ofício de 3 de Maio, dirigido a Martinho de Melo e Castro, depois de noticiar a expedição de uma remessa de anil, acrescenta:

«Vai tambem outra nova remessa de productos e de riscos efectuados pelo Dr. Naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, e elle envia juntamente a V. Ex.ª algumas outras memorias das suas observaçõens e deligencias que entendo não deixarão de agradar a V. Ex.ª, e de cada vez

---

(1) A planta, como é óbvio, não é só raiz, como parece lógico depreender-se do dito do célebre jesuíta. Mas, porventura, essa raiz, pelo fenómeno da rizomatose, transformou-se num rizoma.

Como quer que tenha sido, certo é que é nesse rizoma (resultante da raiz ou de ramo) que se encontra os produtos apreciados: essência, resina e o princípio picante *gingeral*), o que tudo fez com que esta planta fosse muito apreciada desde o século XII, não só como elemento para doces, mas também como condimento.

(*O autor*)

mais o persuadirem do préstimo e merecimento de tão habil vassalo, a quem eu até sou muito obrigado pelo empenho que com os seus conhecimentos e voto tem ajudado o restabelecimento da minha atenuada e dessuada saude. O seu comportamento continua em ser o mais louvavel e honrado ...» (Doc. n.º 30).

Neste mesmo ano — suponho que em Maio — insiste o Dr. Alexandre R. Ferreira — com zelo e paixão pelos seus encargos na missão que chefiava — pela resolução superior sobre a entrada no Rio de Jupurá, como se verifica na representação que dirigiu a João Pereira Caldas (Doc. n.º 31), que, por sua vez, lhe respondeu nos termos que constam do Doc. 32.

O possível leitor destas «Notas», que tenha prendido a sua atenção ao caso da entrada do Dr. Alexandre no rio Japurá, no exercício das suas funções, terá notado que a questão vinha sendo debatida desde Abril de 1786.

(Vide Docs. 24, 26, 27, 28 *a*, 31, 32 e 34).

Como se verifica nesta documentação, o Dr. Alexandre R. Ferreira pretende, com pertinácia, estudar aquele rio, mas as autoridades não se decidem a permiti-lo sem que para tal venha ordem de Lisboa, por se tratar de questão melindrosa, mercê do diferendo já velho, existente entre Portugal e a Espanha, na questão dos «limites e Demarcações dos Reaes Dominios».

E, por isso, já João Pereira Caldas — o encarregado da execução do respectivo tratado preliminar — dizia ao Dr. Alexandre R. Ferreira, no ofício de 13 de Agosto de 1786, no qual lhe dava instruções sobre a sua missão nos domínios em que superintendia como governador e capitão general: «... Assim pois o executará V. M^ce^, com o mesmo zelo e desempenho que até agora lhe tem merecido o Real Serviço; ficando na intelligencia ,que alem do Rio Negro, são os mais importantes, que se devem examinar, o Branco, e seus principais affluentes ..., o Aracá, pouco superior a esta villa, da parte septentrional, o Padauri, e o Canaburis, da mesma parte, e o Uaupés, Isana, e Ixié da parte meridional, e delle os dous ultimos já visinhos á nossa fronteira, e fortaleza de Marabitanas, que é até onde por alli se deve estender o exame». E continua: «Nem o

rio Solimoens, ou parte do Amazonas assim chamado, e nem os outros nelle confluentes, e o Japurá, me são para o mesmo exame indicados na sobredita Ordem Real ...».

Com efeito, assim o cumpriu o Dr. Alexandre R. Ferreira, como era natural, pois o testemunha na «Participação Sexta», sobre a sua viagem, quando diz: «... Não a visitei, porque entendi literalmente a ordem de V. Ex.ª que na ultima clauzula do § 2.º dizia assim: E delle os dous ultimos já visinhos á nossa fronteira, e fortaleza de São-Joseph de Marabitanas, que é até onde por alli se deve estender o exame».

Nesta mesma participação sexta aduz o Dr. Alexandre as razões históricas que se opõem à pretensão da Espanha: «Que dentro do Rio Negro se limitem os actuais estabelecimentos portugueses», porquanto — diz — «nenhuma razão alegão mais do que estarem conservando para cima della (refere-se à serra do Cacuhi) os fortes de S. Carlos e São Filippe ou Santo Agostinho, e alguns outros estabelecimentos que por elles (os espanhóis) forão intrusos, desde o anno de 1759 ...».

Mais adiante transcreve a reclamação do governador e capitão general do Estado, Bernardo Manuel de Melo e Castro, «na resposta» — patriótica, digna e cheia de verdade histórica — «que deu em 26 de Agosto de 1763 á carta que a este respeito lhe dirigio D. José Iturriaga, plenipotenciario de S. Magestade Catholica, datada de 20 de Maio do mesmo anno».

1788 — Nada sei dizer do quanto se haja passado na vida do Dr. Alexandre R. Ferreira durante o período que decorre desde 3 de Maio de 1787 até 11 de Fevereiro de 1788, data em que mais uma vez escreve a Martinho de Melo e Castro.

Em face do quanto até aqui tinha ocorrido, durante o exercício da missão, vendo o Dr. Alexandre R. Ferreira sempre honrado por todas as entidades oficiais, embora mordido pela baixesa e derrotismo de uns tantos sem categoria (Vidè Docs. n.os 13 e 18), foi com verdadeiro espanto e — porque não dizê-lo? — com dissabor também que deparei com esta carta do infortunado mártir do dever, a qual traduz, além da mágua profunda, e bem justificada, a revolta contra o que se me afigura uma iniquidade.

Diz: «Recebi com o mais profundo acatamento a repreensão que V. Ex.ª se dignou dirigir-me, em data de 31 de Outubro do ano próximo passado... E ainda que a Benignidade de V. Ex.ª é tanta, e tão ilimitada, que me permitiria a faculdade de lhe representar a conjunctura, em que fui mandado subir à Parte Superior do Rio Negro, vindo a coincidir a minha subida, com a descida do Coronel Governador Manuel da Gama Lobo, de Almada; quando o desempararão os Indios no Rio dos Uaupés; ficando desertadas nos matos, acima de 680 almas; revoltadas as Povoações daquelle districto; e exhaustos os mantimentos; sem embargo do que ally me demorei pelo espaço de 4 mezes e meio...». Refere-se a seguir às dificuldades da viagem do Rio Branco, justifica a demora e faz a indicação da obra já levada a efeito e conclui que, perante este inventário, «me não reputará tão somente hum simples curioso...». (Doc. n.º 33).

O fundamento desta carta — que penalisa pela humildade evangélica — reside no Aviso de 31 de Outubro de 1787, que na referida carta cita, e cuja essência consta do (Do. n.º 34) que é a cópia do quanto se lê sobre o caso no «Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará», por António Ladislau Monteiro Baena. Contudo, não reproduz na íntegra o Aviso, como fàcilmente se conclui da resposta que o Dr. Alexandre R. Ferreira dá no Doc. n.º 33.

Em 11 de Setembro, dá notícia a João Pereira Caldas das dificuldades sobrevindas na viagem, quer por virtude da deserção de índios seus serviçais, quer pela doença de outros e dalguns soldados também, quer ainda pela carência de subsistências, e, finalmente, dá conta da traição do índio Diogo, seu imtérprete perante os muras. (Doc. n.º 35).

Em 9 de Outubro, João Pereira Caldas oficia a Martinho de Melo e Castro, enviando vários trabalhos do Dr. Alexandre Ferreira de que destaca o «Extracto do Diário da viagem Filosófica» — datado de 31 de Outubro de 1787», a «Descripção dos índios gentios da Nação Miranha», «Dita de outros índios gentios da Nação Catamixis». (Doc. n.º 36).

A odisseia do Dr. Alexandre R. Ferreira é uma série de contrastes que desorientam e desconcertam. Sobre aquela tremenda censura de 31 de Outubro de 1787 (Doc. n.º 34) surge, pouco mais de um ano depois, a

seguinte carta do ministro Martinho de Melo e Castro, que transcrevo textualmente: «Para o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, Naturalista».

«Pelos Papeis, Relações que V. M. me remeteo, e particularmente pela sua Obra de Historia Natural, vejo que V. M. tem empregado muito bem o seo tempo nas Viagens que tem feito nesses remotos Paizes; e que os tem visto com olhos de hum exacto, e judicioso observador: Espero que V. M. no que respeita a examinar, continuará a faze-lo pelo mesmo methodo.

Quanto ao mais V. M. seguirá as Ordens do Governador, o Capitão General Luiz de Albuquerque de Mello, e do seu Sucessor Joam de Albuquerque de Mello, que prezentemente embarca para o Pará, e dali se hade transportar a Matto Grosso.

Deus Guarde a V. M. Palacio de Queluz, em 30 de Novembro de 1788».

(a) Martinho de Melo e Castro

(Doc. n.º 37)

1790 — Em 12 de Abril escreve o Governador João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro, dando-lhe conta da chegada do Dr. Alexandre R. Ferreira a Vila Bela, e diz: «...não foi antes do dia 3 de Outubro do ano passado e ainda isto não sem ser à custa de bastates molestias do corpo e fadigas do espirito com que desembracou, para o que além dos influxos destes climas insalutiferos provavelmente muito concorreria também a notável assiduidade com que não só me consta que o mesmo habil Dr. Naturalista se applicára sempre em viagem dos objectos da sua comissão...».

Nesta mesma carta dá notícia da morte do jardineiro botânico da missão, Agostinho Joaquim do Cabo, e da próxima visita do Dr. Alexandre à «Gruta do Prezidio de Nova Coimbra...». Doc. n.º 38).

No dia 16 do mesmo mês, escreve o Dr. Alexandre R. Ferreira e Martinho de Melo e Castro anunciando a remessa de duas memórias: «Observações gerais e particulares sobre a classe dos Mamais observados nos territórios dos trez rios: das Amazonas, Negro e Madeira, e a Relação que

acompanha as amostras de ouro remetidas para o Real Gabinete de História Natural...». E acrescenta: «Para que V. Ex.ª cada vez mais se confirme na indubitavel certeza de que todo o tempo que me sobra da observação..., eu devidamente o emprego com os descrever e circunstanciar de todas aquellas observações, que vem a proposito, sejão ellas ou não da minha profissão, como certamente não são as reflexões medicas, politicas, e outras desta natureza, que a seu tempo apparecerão debaixo dos hospicios de V. Ex.ª. E que se muitos deles não tem sido imediatamente feitos, como V. Ex.ª tem algumas vezes entendido, mas sim por não estarem ordenados, dirigidos e castigados as materias, de hum modo que pareçam dignas de se apresentarem a V. Ex.ª... não obstante as minhas assiduas viagens e molestias de que padeço desde que entrei nesta capitania, e não obstante o falecimento do Jardineiro Botanico..., que tanta falta me faz, por ter sobre os meus ombros recebido o peso que elle trazia nos seus...». (Doc. n.º 39).

Na mesma data, nova carta para Martinho de Melo e Castro, em que dá conta do decorrer dos seus trabalhos, bem como do seu estado sanitário e dos demais componentes da missão: «...logo á entrada do rio Marmoré enfermou gravemente de sezões o desenhador Joaquim José Codina. Segui-me eu do forte do Principe para cima... chegamos a os termos de ficarmos ambos sepultados no Barranco do Sitio dos Garajus... O Jardineiro Botanico que foi o último que adoeceo, logo no sexto dia depois da nossa chegada, me espirou nos braços... Assim mesmo indisposto, como me achava, visitei a serra de S. Vicente, donde voltei com amostras de ouro..., Doc. n.º 40).

No dia 21 de Agosto, escrevia o Dr. Alexandre R. Ferreira ao governador João de Albuquerque: «Tenho e terei sempre presente a extraodinaria honra, caridade e agasalho com que V. Ex.ª logo que foi informado da perigosa molestia que padeci, de 21 a 27 de Julho, no Arraial de Lavinhas, ao recolher da Gruta das Onças, se dignou...». «Apenas convesiesci oito dias logo me não pude acomodar com a despesa que via que estava a minha demora fazendo a S. Magest... pelo que a 10 do corrente me puz a caminho para o Registo do Jaurú aonde cheguei sem novidade pelas 3 da tarde... A 29 do corrente faço tenção de partir para

o Paraguai... Eu pelos primeiros 4 dias que aqui cheguei os passei sem novidade, do quinto por diante quotidianamente me sobreveio huma sezão, que principia pelas 8 horas da manhã, e termina pelas 3 da tarde, porem este he o pó da estrada e eu nenhum tempo tenho para estar doente».

Tem um certo sabor a notícia que o Dr. Alexandre dá da maneira como foi tratado em Lavinhas, durante a sua doença, pelo capitão guarda mór Manuel Veloso Rebelo de Vasconcelos:

«Empregou em meu socorro tudo quanto possuia de conhecimentos medicos, e nenhum remedio omittiu dos que lhe pareceram uteis.

Precederão os diaphoreticos, passou-se aos emeticos e purgantes, derão-se-me diluentes, adoçantes e refrigerantes, nem esquecerão a quina e os absorventes; e ainda assim (informou-me elle depois) que nenhum crescimento tive de menos de 20 horas; que o do septimo dia excedêra o termo de 24, que de 19 em 19 pulsaçõens se me extinguia absolutamente o pulso, que todas as minhas extremidades estavão convulsas; pelo que se havia resolvido o desenhador José Joaquim Freire a participar a S. Ex.ª o perigoso estado em que me achava» (1).

Em 6 de Outubro escreve o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira a descripção da Gruta das Onças da qual destaco algumas passagens que exuberantemente confirmam o seu conhecido zelo e ânsia de tudo ver e observar, mesmo à custa dos maiores sacrifícios físicos.

Diz ele: «...Pelo 1/4 para a huma da tarde de 14 partimos... Chegamos ao estabelecimento do sobredito padre Fernando Vieira (2)... Vimos que constava de dous engenhos de assucar e de aguardente de canna..., casas de vivenda, pomar e hortas; tudo sobre terras argillaceas e ferruginosas, que favorecem muito a vegetação das cannas... Dormimos debaixo de hum tapujá que alli achamos feito, e a fallar a verdade não pouco receosos das onças, que na noite antecedente haviam teimosamente perseguido a hum pedestre e hum preto, que eu para aquelle sitio man-

(1) «Viagem à Gruta das Onças», por Alexandre Rodrigues Ferreira, 1790.

(2) O padre Fernando Vieira da Silva, a que se refere nas primeiras linhas da descrição da gruta, como tendo sido ele quem a descobriu em 1788, casualmente, ou, melhor, os seus bandeirantes, quando, a caminho do sertão dos Parecis, em busca do ouro, no rio Cabral.

dara adiantar... Porem quando eu me dispunha viajar á cavallo, como até alli tinha feito, alliviando as tarefas do naturalista com as comodidades do cavalleiro, um ligeiro golpe de vista, que lancei pelo picada do mato por onde haviamos de marchar, foi quanto bastou para me persuadir firmemente, que se não queria arriscar-me a ficar dependurado dos muitos e intricandos cipós, de que constava o mato, ou ferido de agudos e pungentíssimos espinhos, me devia pôr a pé, e verdadeiramente marchar em ar de philosopho. Também no mesmo dia resolvi desembaraçar-me de algumas bestas de carga, que transportavão os viveres, tanto porque não havia no mato com que pensa-las devidamente em se consumindo as pensões que levavão, como porque ellas o não rompião sem dificuldade e perigo de se estreparem... Ultimamente eu não devo abusar..., pondo-me a referir-lhes miudamente alguns enfados e embaraços, que nos causarão já o vermo-nos algumas vezes extraviados da verdadeira picada que deveriamos seguir, já o termos de atravessar profundos atoleiros, e já o trazermos sempre nas mãos as nossas facas de mato, para incessantemente irmos cortando os cipós e os ramos das arvores que nos embargavam os passos. Direi de huma vez que andadas boas onze leguas de viagem...».

1791 — Em Maio deste ano, enviou o Dr. Alexandre R. Ferreira ao Governador João de Albuquerque de Melo e Cáceres a descripção da Gruta de Inferno (nome dado pelo engenheiro Almeida Serra — que primeiro a visitou, em 1786 — «ao lugar, por achá-lo escuríssimo nas horas mais brilhantes do dia») (1).

Do facto dá o mesmo Governador notícia a Martinho de Melo e Castro, em carta datada de 1 de Outubro: «A 26 de Junho — diz — do presente ano se recolheu a esta villa o Doutor Naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira... de examinar, descrever e fazer desenhar a Gruta que se acha naquela visinhança, depois de tambem ter feito as suas observaçõens e exames nos districtos da Villa de Cuyabá e de S. Pedro de El-Rei...

(1) Esta descrição está publicada no tomo 4.º da «Revista Trimestral da História e Geografia» ou «Jornal do Instituto Históricos e Geográfico Brasileiro», págs. 363-367.

Elle conduziu da dita extensa viagem mais de 50 volumes de productos naturais, que recolheo tendo já o anno passado remetido em outro grande numero de volumes o que nesta Capitania tinha recolhido antes de dar principio á sobredita viagem...». E como agora resta ao mesmo Dr. o fazer desenhar os prospectos das cachoeiras do Rio Madeira..., por esta razão e por elle ter cumprido com os encargos a que foi mandado... ordenando-lhe que depois de recolhido á sobredita cidade do Pará passa a essa côrte a apresentar-se a V. Ex.ª para receber as suas ordens, no caso que naquella cidade não encontre suas incontrarias...». (Doc. n.º 41).

A ordem de regresso a que esta carta se refere tinha a data de 17 de Setembro de 1791. Nesse mesmo dia o Dr. Alexandre R. Ferreira acusou a sua recepção e exprimiu os seus agradecimentos por «todos os auxílios, favores e amizade com que pelo espaço de dous annos, tanto a mim como a ambos os desenhadores, tem V. Ex.ª constantemente favorecido e honrado: Pelo que espero ter a satisfação de algum dia, no frontespicio da Historia Natural e Politica desta Capitania, dar a conhecer á Europa Culta, pelo nome de V. Ex.ª, do seu Illustrissimo Protector.

No entanto da respeitavel presença de V. Ex.ª me apartão as ordens que devo executar...».

Villa Bella 17 de Septembro de 1791.

(a) Alexandre Rodrigues Ferreira

Em 3 de Outubro, partiu efectivamente de Vila Bela para o Pará, onde chegou no dia 12 de Janeiro seguinte, depois das demoras que, em carta posterior, dirigida a Martinho de Melo e Castro, indicou, percorrendo então cerca de 800 léguas.

1792 — Finalmente, em 6 de Fevereiro de 1792, escreve o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira a sua última carta, que eu saiba, a Martinho de Melo e Castro, dando conta da sua missão: «...na capitania de Mata Grosso...». Confirma a sua partida de Vila Bela para o Pará, já anunciada pelo Governador, e que durante a viagem «Nas margens do Rio Madeira, e principalmente nas suas cachoeiras, fiz as demoras necessa-

rias, para de todas ellas tirar outros tantos Prospectos... Recolhi de caminho muitos productos naturais...». Mais adiante, manifesta o seu entusiasmo pelos progressos do Pará, dizendo: «O que he hoje o Estado do Grão Pará, eu não me farto de admirar. Estão desenganados os habitantes deste Estado, que os indios são pessoas livres...». Refere-se tambem á disciplina imposta aos «incorrigiveis Directores...». E acrescenta: «Persuado-me, que desta vez, em todas as suas Repartiçõens, se poem a caminho os Interesses do Estado...».

A propósito do pedido de licença que havia feito a Martinho de Melo e Castro: «...para beijar as Mãos a meus Pais; vejo, que ainda no caso de se dignar V. Ex.ª deferir a ella, já agora me não acho nos termos de me aproveitar dessa Graça: Pois que a esta cidade nã chegão sumacas da Baia se não de Agosto por diante...». Em seguida, insinua a sua colocação, no regresso a Lisboa: «Na Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas desse Reino, — diz — terá o Naturalista do Pará fixando as suas visitas...». «Lembre-se V. Ex.ª — acrescenta — que da universidade de Coimbra, não inquietei a V. Ex.ª por despacho algum; e que já agora, que alli fui preferido por auzencia, em ninguem mais se não em V. Ex.ª devo esperar o que fôr de honra e proveito...». (Doc. n.º 42).

Já no Pará, onde aguardava a oportunidade de seguir para Lisboa, foi observar o fenómeno da *Pororoca*, (1) ou seja a violência notável com que de um momento para o outro se verifica a enchente e a vasante de alguns rios do Brasil.

Por achar o caso interessante, traslado para aqui a descripção do notável fenómeno feita pelo cónego Francisco Bernardino de Sousa, no seu livro «Lembranças e curiosidades do valle do Amazonas».

Diz assim: «Vi a *pororoca*. Eram quasi 11 horas da manhã quando me pareceu ouvir um ruido surdo como o do Trovão que ecoa ao longe. As aguas do Guajará corriam tranquilas como se não esperassem a invasão do inimigo que se aproxima. A vasante era completa, deixando a descoberto, como corôas, os baixos e espraiados. O dia estava claro. Na extremidade do horizonte, vi como formar-se uma ligeira linha de espuma que ia rapidamente crescendo e engrossando.

(1) Vocábulo derivado de *pororoga*, de lingua tupi.

O ruido tornava-se perfeitamente distinto. Houve como que uma suspensão nas águas do rio. Dir-se-ia que tinham pressentido o inimigo e compreendido o perigo.

A linha de espuma ia crescendo como um semicírculo em que prendia o rio.Era uma muralha de espuma, uma vaga gigantesca, que enovelava e estoirava com fragor medonho. Depois aquele semicírculo, por uma súbita e admirável evolução, formou uma imensa linha recta de uma perfeição completa e avançou rápida, ameaçadora, fremente, rugindo, levantando espuma e levando, diante de si, tudo quanto encontrava no caminho, troncos de grandes árvores galhos, etc. Em certo ponto do rio desapareceu de súbito, perecendo como *mergulhar*, indo sugir mais violenta, mais ruidosa, algumas braças adiante.

Não pude mais vê-la; formava aí o rio uma curva que me tirava a vista.

Disseram-me que assim continuava ela até à junção dos rios Guamá e Capim em distância de 9 milhas, pouco mais ou menos, dividindo-se em duas partes, internando-se cada uma delas pelos dois rios. Calculam em 18 a 20 milhas por hora a marcha da pororoca.

Imediatamente depois da passagem do assombroso fenómeno, tornaram-se extremamente agitadas as águas, levantando ondas, a que dão o nome de *banzeiros* e que se iam quebrar violentas na praia. O rio encheu sùbitamente de modo que em 3 ou 4 minutos, a água havia crescido de 4-5 pés.

Muito se tem escrito acerca da pororoca, mas ainda ninguém conseguiu explicar o fenómeno.

Diz-se geralmente que o impulso das águas do rio e a repulsão que sofrem do mar, motivam a pororoca. Entretanto manifesta-se também ela em alguns rios e em alguns lugares onde é absolutamente nula a influência do mar, como no rio Purús, na distância de 690 milhas da foz.

A que vi, surge de uma pequena ilha formada pelo *Guajará* a 80 milhas da sua foz. Levanta-se, no momento em que começa a enchente, uma onda que cresce e corre, caminhando para a nascente do rio. No momento da vasante, as prais que circundam a ilhota, acham-se completa-

mente descobertas e de repente, do lado que olha para a nascente do rio, levanta-se a onda que se transforma em pororoca».

Parece que fenómeno idêntico se verifica em rios da Índia, a que ali dão o nome de *Macaréu*.

Em Abril escreveu, no Pará, o trabalho intitulado «Propriedade e Posse das Terras do Cabo Norte pela Coroa de Portugal...» «Pará, em 24 de Abril de 1792».

Ainda no Pará, casou, no dia 25 de Setembro, com D. Germana Pereira da Cunha e Queiroz, filha do capitão Luiz Pereira da Cunha, a quem o Dr. Alexandre R. Ferreira se refere nos documentos n.os 11 e 14.

A história deste casamento, apesar de já conhecida, através dos citados trabalhos de Costa e Sá e Dr. Carlos França, não resisto ao desejo de referi-la aqui, porquanto — a ser verdade — o facto é uma revelação flagrante do carácter lídimo do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira.

O caso foi este: Como se vê nos documentos acima citados, o Dr. Alexandre travou no Pará relações de amizade com o capitão Luiz Pereira da Cunha, mercê da mútua simpatia pessoal e de identidade de preferências intelectuais. Assim, e porque o Dr. Alexandre tinha, como é natural, o máximo interesse na integridade e remessa pontual dos produtos colhidos já e a colher no prosseguimento da sua missão, pediu ao referido capitão que se encarregasse de providenciar naquele sentido.

Aceito o encargo de boa mente, bem e lealmente o cumpriu.

O Dr. Alexandre R. Ferreira, no regresso ao Pará, a caminho de Lisboa, avistou-se com o seu correspondente, capitão Luiz Pereira da Cunha, e por ele foi informado do quanto havia feito, quanto à remessa dos produtos para o reino, embora o Governo o não houvesse reembolsado das despesas por ele feitas e num montante tão considerável que — dizia ele: — «com essa quantia poderia dotar uma filha», ao que o Dr. Alexandre respondeu: «Isso não servirá de embaraço a seu casamento; eu serei quem recebe sua filha por mulher».

Afigura-se-me, em verdade, algo estranha e romântica também esta explicação do casamento, pois não se sabe se o capitão deu alguma vez

a conta dessas despesas com dava a relação dos produtos despachados. como se vê no Doc. n.º 43.

Por outro lado, parece que não lhe pagando o Estado, no Pará, seria natural que desse conhecimento do facto a Martinho de Melo e Castro, quando lhe escreveu em 1 de Outubro de1792, anunciando-lhe mais uma remessa de produtos e lhe comunicava também o casamento de sua filha com o Dr. Alexandre R. Ferreira e lhe dizia também as razões desse casamento as quais, nem de perto, nem delonge, se relacionam com questões de dinheiro, como se vê no já citado Doc. n.º 43.

Mas, como quer que seja, penso que o Dr. Alexandre não foi infeliz neste passo, visto que conquistou uma «companheira dedicada na adversidade. Foi esta a melhor recompensa da sua extraordinária missão» (1).

1793 — Finalmente, em Janeiro, aportou o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira a Lisboa, de regresso da sua tão longa e penosa, como notável missão, que podia e devia ter sido altamente proveitosa para o país, sob o tríplo ponto de vista moral, científico e económico.

Regressou arrasado de saude e amargurado pela intriga, contando 37 anos, incompletos, de idade. E mal sabia ele quantos maiores sofrimentos morais lhe estavam reservados aqui.

Neste mesmo ano foi nomeado oficial da secretaria de Estado dos negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos.

1794 — Por decreto de 8 de Junho, foi condecorado com o habito de Cristo, com 60$000 reis de tença. (Doc. n.º 44).

Em 27 de Setembro foi exonerado das funções burocráticas que exercia no ministério da Marinha, para ser encarregado da administração e direcção interina do Real Gabinete de História Natural e Jardim Botânico.

1795 — Por decreto de 11 de Setembro foi nomeado «Vice Director» do Real Gabinete de História Natural, e Jardim Botânico, efectivo.

Em 23 de Dezembro, foi nomeado para acumular as funções de administrador das «Reaes Quintas da Bemposta, de Caxias e de Queluz».

Neste mesmo ano, o desenhador José Joaquim Freire requereu

(1) Dr. Carlos França, doc. cit.

«copia do Aviso pelo qual o Principe N. Senhor foi servido dar ao Supplicante 600 rs. diarios...»; (1) (Doc. n.º 45).

1800 — Em 19 de Fevereiro escrevia ao ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho uma carta um tanto áspera, em defesa da sua dignidade — e penso que com toda a razão — pelo facto de ser tratado, no exercício das suas funções oficiais, com menos consideração, vendo-se no facto, ao que me parece, o dedo do indigno Dr. Vandelli (Doc. n.º 46).

Em 13 de Novembro, foi ordenado que se lavrasse o decreto que nomeava o Dr. Alexandre «Sellador da Alfandega do Maranhão». (Doc. n.º 47).

Em 25 do mesmo mês, foi-lhe enviado por João Filipe da Fonseca o bilhete seguinte: «O Illm.º Ex.mo Snr. Dr. Rodrigo de Souza Coutinho deseja saber se o Alexandre Rodrigues Ferreira receberia hum caixote com certa Casca que se julga semelhante à Quina do Peru, e que foi remettida da Bahia».

Secretaria do Estado, 25 de Nobr.º, 1800 (Doc. n.º 48).

Resposta:

«Ao Illm.mo Ex.mo Sr. João Philippe da Fonseca, responde seu captivo Alexandre R. F., que no princípio deste anno se recebeo neste Museo hum caixote vindo da Bahia, com casca, que se dizia ser Quina, porem que de Quina do Perú, não tinha o menor sinal de semelhança».

«25 de Novembro de 1880». (Doc. n.º 48 a).

1802 — Em 6 de Agosto — decerto, em resposta ao pedido (que não vi) do visconde de Anadia, para que clasisficasse uma planta — suposta «cravo da Índia» — enviando-lhe dela apenas «hum Ramo sêcco» — responde, fazendo considerações várias sobre taxonomia botanica que constituem lição digna de ler-se, por mais de um título, dando por fim a diagnose e faz referência ao — diz — «Herbario de minha Flora Paraense». (Doc. n.º 49).

Neste mesmo ano, escreveu «Propriedade e Posse das Terras cedidas aos franceses na margem boreal do Rio das Amazonas, no intuito de rebater o que a corte de Madrid havia representado por ocasião da cedên-

(1) Incluo aqui este Doc. pelo facto de ter relação com a missão do Dr. Alexandre R. Ferreira, pois foi um dos desenhadores que o acompanhou.

cia dos territórios à França pelas negociações tidas na mesma corte entre os Plipotenciários da República Francesa e os de Portugal».

Em 23 de Outubro, escreve de novo ao visconde da Anadia, dando-lhe indicações sobre a «viagem para Mato Grosso pela ordinaria derrota dos Rios desde S. Paulo até ao Cuyabá». Para o efeito envia-lhe 2 cartas topográficas, das quais, uma «he huma copia que fiz tirar da carta grande do Brasil... A outra copia n. º2 do meu projecto filosofico e politico da serra de S. Vicente, e seus estabelecimentos, conforme os observei, quando alli estive, e participei ao Ex.mo Predecessor de V. Ex.a Snr. Martinho de Mello e Castro». (Doc. n.º 50).

1807 — Alcançou, neste ano, o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira a satisfação daquele seu grande desejo, que a Martinho de Melo e Castro havia manifestado na última carta que lhe escreveu do Pará, em 6 de Fevereiro de 1792 — a nomeação para vogal da Junta do Comércio (Doc. n. º42), o que só foi efectuado por força do decreto de 24 de Junho desse ano de 1807, (1) quanto é certo que em 13 de Novembro de 1800 (Doc. n.º 47) foi ordenado que se lavrasse esse decreto!...

Bem tardiamente, — e duplamente em verdade, foi conferida semelhante recompensa, tão desejada. E muito lamentável é que não tenha sido dada pelo ministro Martinho de Melo e Castro, que presidiu a toda a obra do Dr. Alexandre R. Ferreira, desde a sua nomeação até ao regresso do Brasil, após o qual esse ministro ainda viveu mais 2 anos...

Em face de quanto aqui fica dito documentadamente e de quanto se acha já publicado em Portugal e no Brasil — colhe-se uma ideia apreciável da obra que o Dr. Alexandre R. Ferreira realizou durante a sua tão longa «expedição filosofica», no espaço e no tempo, através das maiores dificuldades e perigos de toda a ordem — em verdadeiro regime de *trabalhos forçados* — e tudo isto condimentado ainda — cá e lá — com a negra inveja e a intriga ignóbil, não se sabe de quantos!

Obra de tamanho vulto e única, indicada no programa oficial, atraz apontado, e pelo Dr. Alexandre definida, dizendo-a excessiva para o esforço

(1) «... dando-lhe o lugar de Deputado da Real Junta do Comércio». Costa e Sá. Loc. cit.

de um só homem, tão sòmente a parte botânica. (Doc. n.º 28) fazia-lhe medo, pela vastidão e a duração, que ele entendia, em certa altura, não dever ir além de 3 anos, porquanto — dizia — *a abundância de materiais colhidos ocuparia tempo imenso na sua sistematização e estudos* (Doc. 24).

Entretanto, como se vê no decorrer destas «Notas», — durante esse largo período de quase 10 anos, a carrear elementos do estudo final — escreveu memórias que foi enviando para Lisboa, através dos governadores com quem serviu durante a sua missão, o que tudo revela ilustração moltimoda, capacidade de trabalho excepcional, tenacidade e zelo exemplares, a despeito dos sérios e repetidos assaltos da doença e da intriga, que tão frequentemente o afligiram, queixando-se desta por mais de uma vez. (Doc.os n.os 8, 12, 13, 14 e 33). E, no meio de semelhante inferno, — sempre cheio de fé e de entusiasmo pela obra a produzir no Brasil e aquela que realizaria depois do regresso, mais de uma vez prometida (Doc.os n.os 3, 16, 19, 26, 39...) — jamais se despia da modestia, filha do seu feitio, talvez, mas com que testemunhava no seu foro íntimo, sem dúvida, o reconhecimento do seu próprio valor. E assim foi até ao fim, pois que, ao chegar a Lisboa, certo, evidentemente, do relevo do seu trabalho tão penoso — dizia: «Não diga que as viagens que fiz forão coisa grande nem atendível; diga sim (fallando agora com S. A.) que o que quer que fiz é tão pouco por vós, que mais me pesa ser esta vida tão pequena...».

Provera a Deus que fosse este o seu maior desgosto. Mas não: muito longe disso, como adiante se verá, repetindo a narração de factos que, embora conhecidos, muito importa compendiar neste momento, pois constituem história edificante da tremenda má sina do Dr. Alexandre R. Ferreira e da maldade dos homens.

Pergunta-se: mas porque motivo não escreveu o Dr. Alexandre a sua obra definitiva, que tanto ambicionava e com que constantemente sonhava — baseado na obra presente, que era o carreamento apaixonado de elementos — pleno do entusiasmo, patenteado em várias das suas cartas — que efectuou durante a sua permanência no Brasil e que tão apreciada foi, oficialmente, como o certificam numerosos documentos apensos a estas «Notas» e a que no texto se faz referência?

Porquê, se — se houvesse sido feita — «a Europa houvera conhecido 30 anos antes, pelos trabalhos do Dr. Alexandre e dos seus desenhadores, muitos factos e resultados de que só teve notícia por escritos estrangeiros, que algumas vezes não fizeram mais do que transmitir-lhe as observações que os nossos haviam feito, deixando os seus escritos no pó dos arquivos» (1).

É que o desditoso, além dos motivos supostos por Costa e Sá, na já citada biografia do Dr. Alexandre, teve a razão poderosa (a mais poderosa, com certeza) da acção de «Genios escuros» para *ao transe* baldarem essa obra que, como atraz já disse, teria projecção singular no mundo culto, tanto sob o ponto de vista moral, como no científico e no económico. Ora esses «génios escuros» o menos que fizeram «como o Dr. Alexandre verificou à chegada a Lisboa — foi conservar mal os produtos que enviou para o «Gabinete da Ajuda», confundi-los, subtraindo etiquetas aqui, trocando-as além (2).

O Prof. Barbosa du Bocage (3) — depois de citar as razões aduzidas por Costa e Sá — diz sobre o episódio criminoso: «...a tradição porem refere que o Dr. Alexandre encontrára, ao chegar ao reino, os exemplares que colligira á custa de tantas fadigas e remettera com o maior desvelo para o Gabinete da Ajuda, deteriorados na maior parte e confundidos todos, perdidos ou trocados os números e etiquetas que traziam. Acrescenta ainda a tradição que não fora isto effeito do acaso ou do desleixo, mas obra premeditada da mais ruim maldade, planeada e levada

(1) Warnhagen — Carlos França. Loc. cit.

(2) O infeliz teve, logo em 1786, o pressentimento de que qualquer «desgraça» resultante de percalços às suas remessas de produtos, pois disse ao ministro Martinho de Melo e Castro: «..... nem sequer tenho sabido, se lá tem chegado as produções remetidas. E esta he a mais pungente mortificação que passo, vacilando sempre, se ao penosíssimo trabalho, quanto elles custão em observar, recolher, e preparar, sobreviverá a desgraça de chegarem mal acondicionados». (Doc. n.º 28).

O pobre Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, leal e puro, não suspeitava então da ruindade dos homens, que, afinal, era quem estava procurando cavar a ruina da sua tão querida obra.

(3) «Instrucções Práticas sobre o modo de colligir, preparar e remeter productos zoologicos para o Museu de Lisboa».

á execução por um empregado do Gabinete da Ajuda, a quem o ciúme dos talentos do noso grande naturalista, e porventura a esperança de o desgostar promptamente de uma posição no museu que ambicionava para si, inspirara essa torpíssima acção. Console-nos ao menos, se a tradição não mente, a certeza de que o autor de tamanha infâmia não era português». E Carlos França adita:

«Não era com efeito português o homem que com a mais requintada malvadez destruiu em parte e em parte aproveitou da obra de Alexandre Ferreira». «Esse homem — continua — foi o italiano Domingos Valdelli de quem Link dizia «on pourrait lui pardonner son ignorance, s'il ne se montrait pas, à ce qu'on prétend, envieux et intolerant envers ceux qui sont au dessus de lui par leurs mérite». E prossegue: «Vandelli que era uma criatura sem escrúpulos, como o mostra uma carta de Pedro Arduino (1) a Linneu, pertencia à categoria daqueles para quem «Nuire c'est jouir». E afirma mais: «O começo da sua vida em Portugal é assinalado por uma torpeza: consegue os seus lugares graças á intervenção de uma mulher a quem prometeu casamento caso obtivesse os empregos que pretendia. Audacioso, ingrato, plagiário, tal o pinta o seu conterrâneo e mestre Arduino, que caridosamente provine Linneu que se acautele contra tal conjunto de perfeições: *Si quid Patavii fecit de me, de allis quoque idem perget facere quacumque in regioni fuerit, caveat sibi ne Ulissiponensis eum brevi tempore mittant ad cruenda et describenda Fossilia Regni Plutonii...*».

E conclui: «Tal era o homem que se apoderou de uma parte dos trabalhos do Dr. Alexandre Ferreira».

Entre parêntesis, direi que, quanto aos motivos de tão execrável procedimento do Vandelli, apontados por Barbosa du Bocage, penso ser mais lógico atribuí-los sim ao ciúme, à sombra que lhe estava fazendo o antigo discípulo e afilhado no acto do doutoramento, no campo das ciências naturais, mercê do seu saber, da riqueza espantosa de materiais que estava acumulando para a sua formidável obra futura. Mas quanto à pretensão de o ignóbil italiano desgostar o Dr. Alexandre «de uma posi-

(1) «Devemos o conhecimento desta carta (escrita em Pádua a 20 de Julho de 1764) ao venerando Professor Júlio A. Henriques, da Universidade de Coimbra».

ção no museu que ambicionava para si», não se me afigura curial, porquanto Vandelli já era o director e quem pontificava em questões de ciências naturais, ao passo que o Dr. Alexandre nada era ali, quando chegou, e só em 1794 ali entrou como funcionário.

Assim sendo, penso que o que teria em vista *o herói* em causa era, lògicamente, procurar prejudicar o Dr. Alexandre no futuro, com receio de vir a substituí-lo no regresso. E daí as intrigas que urdiu e as delapidações e furtos que praticou nas remessas de produtos, durante os 10 anos que o Dr. Alexandre tanto trabalhou e sofreu no Brasil, pois tenho como certo que era Vandelli o agente baixo e sinistro, «os genis escuros», de todas as cruciantes amarguras morais com que tão descaroavelmente foi flagelado o trabalhador indefesso e patriota insigne, (Vid. Doc. n.os 33-37) que, jamais, teve o mínimo desfalecimento no seu labor insano — apesar de, muitas vezes, bastante doente ou mal convalescido — *Per mar per terras, tot adire pericula jussus*, como ele escreveu.

E, depois do regresso do Dr. Alexandre R. Ferreira, continuou Vandelli a sua malfeitoria, como, cuido eu, se pode deduzir do que o Dr. Alexandre diz no Doc. n.º 46, apenso a estas «Notas».

Mas, como quer que seja, eis, nos factos acima apontados, o golpe de misericórdia infligido ao mártir da ciência que tanto e justificado amor tinha à sua obra primária — realizada através de tantos trabalhos, perigos e intrigas — base sólida para a obra portentosa que sonhava, havia prometido e realizaria com certeza. No entanto, tantos desgostos desvaneceram-lhe o anseio mais querido da sua vida e acarretaram-lhe «...a fatal melancholia, que inutilizou o seu vasto saber e o lançou na seputura em 1815, após longos anos de uma lenta agonia» (1).

1808 — Mas não foi tudo esta tamanha desventura: o ano de 1808 deve ter constituído o cume do calvário de tão dedicado estudioso e patriota indefectível, mercê do complemento da quase total inutilização da sua obra, ou, melhor, dos prodigiosos e abundantes materiais, por ele colhidos na sua missão, para os — com certeza — numerosos e valiosos volumes que com eles elaboraria, pondo de pé obra singular e monumental,

(1) B. du Bocage, Loc. cit.

que constituiria motivo de assombro e de inveja do mundo culto. Foi o caso que — em 3 de Junho desse ano terrível para Portugal (seu brio de Nação livre e sua economia) — Junot expediu para Domingos Vandelli, director do Museu da Ajuda, a ordem para entregar ao naturalista francês Geoffroy do Saint-Hilaire — que acompanhava essa orda (como disse, pouco mais ou menos Oliveira Martins) de malfeitores, que se julgavam no direito de, a título de represálias de guerra, arrasar as nossas preciosidades artísticas, bens valiosos e documentos de alto valor, com aqueles requintes conhecidos de selvajaria, que repugnariam à própria bruteza mediável — ordem para entregar — repito — àquele naturalista tudo quanto ele entendesse conveniente levar para França. (Doc. n.º 51). Mercê desta ordem do vaidoso tarimbeiro, foi subtraído daquele Museu:

1.º — As colecções zoológicas, que constavam de mamíferos, aves, réptis, peixes, insectos, crustáceos e conchas: Ao todo 1.583 exemplares (muitos dos quais da expedição do Brasil) (1);

2.º — Minerais e fósseis, no total de 69 exemplares;

3.º — 10 Herbários; a saber:

1 Herbário feito no Brasil, por A. R. Ferreira, com 1.114 plantas;

1 Dito feito no Brasil, pelo Dr. J. J. Velloso, com 129 plantas;

1 Dito feito por J. M. Velloso, com 117 plantas;

1 Dito feito na costa de Angola por M. da Silva, com 256 plantas;

1 Dito feito no Cabo por M. Macá, com 83 plantas;

1 Dito feito no Perú, com 289 plantas;

1 Dito feito em Cabo Verde por J. da Silva Feijó, com 562 plantas;

1 Dito feito em Gôa, com 35 plantas;

1 Dito feito na Conchinchina por Loureiro, com 88 plantas;

(1) Carlos França — Loc. cit.

1 Herbário feito na Suécia pelo Dr. Thunberg, com 182 plantas.

4.º — Manuscritos sobre Botânica e Zoologia, especialmente taxonomia.

No meio de tudo isto encontrava-se «um grande número de exemplares raros, muitos dos quais via (o Geoffroy) pela primeira vez (1).

E foi o nosso já tão conhecido Vandelli o encarregado de fazer a entrega, com o que porventura, muito folgou e sorriu satânicamente, pois via assim muito ampliada, se não concluída, a sua tão repugnante malfeitoria anterior, que acima ficou descrita.

Sem sombra de dúvida, tudo isto deve ter sido motivo de desgosto mortal para o tão infeliz como apixonado homem de ciência que, repleto de amarguras, viveu — se era viver e não puro vegetar — os últimos anos da sua triste vida — até 23 de Abril de 1815, contando apenas 59 anos de idade, o que quer dizer que, após a data do seu regresso, sofreu, durante 22 anos, as mais crueis agonias morais, como talvez ninguém haja sofrido.

1813 — Neste ano, mais um dissabor sofreu o Dr. Alexandre, como chefe de família que ambicionava deixar, na pessoa de seu filho, algum amparo material aos seus, que deixaria sem recursos, pois foi-lhe comunicado o indeferimento da sua petição de 14 de Maio de 1812, em que solicitava a nomeação de seu filho. (Doc. n.º 52).

1815 — A 23 de Abril, como já está dito, entregou o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira a alma a Deus, vendo assim findo o seu longo e tão injusto martírio, apenas com a satisfação débil de, apesar de todas as intrigas e das depradações que a sua obra havia sofrido, saber estarem já «gravadas em cobre 83 das numerosas estampas que haviam de ilustrar o trabalho».

Após a sua morte, logo em 5 de Julho, foi ordenado pelo visconde de Santarém que o seu espólio científico fosse entregue ao Real Museu da Ajuda, então dirigido pelo Prof. Dr. Felix de Avelar Brotero que, por

(1) Barbosa du Bocage — Loc. cit.

sua vez, passou recibo desse espólio a D. Germana Pereira de Queirós Ferreira, viuva do malogrado Dr. Alexandre, e que resa assim: «Recebi da Illm.ª Sr.ª D. Germana Pereira de Queiroz Ferreira todos os papeis mencionados neste Catalogo para o Real Museo; dos quais me fez entrega a dita Sr.ª por ordem que para isso teve do Illm.º Ex.mo Sr. Visconde de Santarém. Real Museo, 5 de Julho de 1815. Felix de Avellar Brotero (assinatura autógrafa). Foram testemunhas as pessoas aqui assignadas José Antonio Pires — João Simoens — Joaquim da S.ª Roldão — Antonio de Azevedo Coutinho (assinaturas autógrafas)» (Doc. n.º 54).

«Este documento está no Brasil e pertencia em 1876 a um dos mais distintos bibliófilos brasileiros. (Anais da Biblioteca do Rio de Janeiro, vol. I, fasc. 1, pág. 106)». (1).

No mesmo ano de 1815, requereu a viuva do Dr. Alexandre uma pensão ,conforme se vê do requerimento, sem data, que constitui o Doc. n.º 55 destas «Notas», requerimento esse que foi recomendado por D. Miguel Pereira Forjaz (2).

1816 — Em 24 de Fevereiro escreveu o Conde de Aguiar, do Rio de Janeiro, a D. Miguel Pereira Forjaz a dar-lhe a notícia de que havia sido concedida a pensão a D. Germana, (Doc. n.º 56) enviando-lhe, ao mesmo tempo, a copia do decreto respectivo, que tem o n.º 57, entre os documentos que acompanham estas «Notas».

Ainda neste ano, foi o filho, Germano Alexandre Queiroz Ferreira, nomeado «Official supra-numerário da Secretaria d'estado dos Negocios da Marinha e Domínios Ultramarinos», cargo que o pai, Dr. Alexandre R. Ferreira, havia requerido em 14 de Maio de 1813 e que os «Governadores do Reino» indeferiram, nos termos do já citado Doc. n.º 52.

---

(1) Carlos França. Loc. cit.

(2) Em face do que se lê no requerimento citado (Doc. n.º 55) sobre o fundamento do pedido da pensão, penso que houve equívoco da parte de Costa e Sá, ao afirmar, como parece, que o Dr. Alexandre R. Ferreira havia sido exonorado das funções de oficial da secretaria dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos em 27 de Setembro de 1794, — a que aqui se faz referência, nas notas respeitantes a esse ano, pois antes se vê, no mesmo requerimento, que conservou esse lugar em acumulação com os demais que ocupou.

Logo nesse mesmo ano de 1816, foi lido, na Academia Real das Sciências, o Elogio do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, pelo académico Costa e Sá, já várias vezes citado nestas «Notas», e foi também publicado um inventário dos seus escritos.

E assim caiu o silêncio sobre a personalidade do Dr. Alexandre, silêncio esse que se manteve até 1833.

1833 — Neste ano, o governo português — embora bastante tàrdiamente — porventura justificadamente, como se verá abaixo — pensou na publicação dos trabalhos do Dr. Alexandre R. Ferreira, relativos à sua missão filosófica, e por isso fez transferir quanto sobre o assunto exista no Real Museu desde 1815 (Doc. n.º 54) para a Academia Real das Ciências, para o efeito de o seu biógrafo, o académico Manuel José Maria da Costa e Sá, planear a publicação dos escritos ,desenhos, plantas, etc. Com efeito, em 22 de Agosto seguinte dava Costa e Sá conta do seu parecer sobre a questão apresentando o projecto da sistematização dos trabalhos referidos e alvitres sobre a maneira de levar a efeito a sua publicação, tudo acompanhado de análise profunctória, sem dúvida, mas interessante.

Ali afirma também que «...a publicação dos trabalhos do Sr. Doutor Alexandre, por todos os lados por onde os queriam considerar, são do maior interesse científico, e para o Império do Brasil ainda a este une outros muito importantes, económica e politicamente considerados». E continua: «A Academia dedicando-se a semelhante empresa dará mais um testemunho do seu desvelo a bem das Ciências. Os Governos da nossa Augusta Fundadora, e do Sr. D. João VI, de saudosa memoria, bem se convencerão da utilidade e crédito, que para a Nação Portuguesa resultava da publicação d'esta viagem; não obstante quando razões políticas parecião recomendar toda a reserva na publicação de Memorias concernentes a varios pontos do Brazil, razões que tanto para nós como para o Brazil, totalmente hoje desaparecerão».

E diz mais: «Um gravador, vários desenhistas com discípulos se tem mantido por espaço de *50 anos* (sublinho eu) com destino aos trabalhos desta viagem, e que terião adiantado, ou concluído as gravuras, que lhe pertencião , se não fossem as interrupções, que por vezes tiverão do

principal fim da sua incumbencia. Assim mesmo muitas chapas se achão abertas, e as que faltão podem hoje ser supridas mais economicamente por meio da litographia; outras diligências e despesas ainda se fizerão para que similhante obra sahisse á luz, mas que os conhecidos transtornos, porque tem passado a nossa ordem politica, fizerão que fossem baldadas».

A seguir, diz ainda Costa e Sá: «...ácerca da sua publicação; trez são os arbitrios que para isso se offerecem:...».

Não se transcrevem aqui os «arbitrios» referidos, por extensos e se acharem já publicados no tomo 2.º da «Revista Trimestral de Historia e Geographia», do Rio de Janeiro, mercê da comunicação que deles fez o então ministro plenipotenciário daquele Império, António de Meneses Vasconcelos de Drumond, ao Secretário Perpétuo do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, em 31 de Outubro de 1840, dizendo-lhe:

1840 — «Falou-me V. S. em Carta de 28 de Janeiro deste anno, que eu recebi a 24 de Agosto último, dos escriptos do Sr. Alexandre Rodrigues Ferreira: eu não posso responder melhor que transmittindo a V. S. o relatorio incluso por copia, que sobre elles fez e apresentou a esta Academia Real das Sciencias o nosso consocio o Sr. Conselheiro Manuel José Maria da Costa e Sá.

Fará por ahi uma idéa da importancia dos trabalhos do Dr. Alexandre, e do estado em que se achão os respectivos manuscriptos». E continua: «...Os dois respectivos Governos, o nosso e o de Portugal, é que deviam entender-se para isso. Nunca um governo empregaria melhor meia duzia de contos de reis; o nosso pelo conhecimento que d'ahi traria d'uma grande extensão de território do Império e da sua natureza, conhecimento que não tem preço; e o português pela gloria que lhe resulta de haver empreendido uma obra de tanto valor, e de possuir e escolher para sua execução uma alta e rara capacidade como era o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira». E acrescenta: «Não me seria impossível obter d'este Governo a faculdade de examinar os manuscriptos a que me refiro, e copiar d'elles aquillo que julgasse mais conveniente a ilustrar os nossos conhecimentos ácerca d' aquela vasta extensão de terreno percorrida e observada pelo Dr. Alexandre, mas além de ser necessário para isso muito tempo, que não tenho á minha disposição, qualquer trabalho que fizesse seria por

extremo imperfeito, e sem utilidade alguma, porque cortaria o nexo da viagem e observações scientificas, que tudo junto caracteriza a grandeza dos trabalhos do Dr. Alexandre.

Se o Governo Imperial concordar em salvá-los do esquecimento a que estão condemnados, tenho por certo que o nosso consocio Manuel José Maria da Costa e Sá se prestará de bom grado a dirigir esse trabalho ...».

1841 — O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro deu seguimento ao assunto em 13 de Fevereiro, requerendo ao Governo Imperial a impressão dos manuscritos em causa, respondendo o mesmo Governo, em 17 do mesmo mês, nos termos seguintes: «Accuso a recepção do officio que V. S. me dirigiu em data de 13 do mez corrente, em que comunicando-me um extracto da carta que lhe escrevera o nosso Ministro em Portugal, relativamente á impressão dos manuscritos do Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira, que se acham em Lisboa, requer em nome do Instituto Historico e Geographico que o Governo Imperial promova a impressão, ou pelo menos a acquisição, ainda por copias, dos importantes escriptos d'esse sabio Brasileiro.

Em resposta tenho de significar a V. S. que n'esta data recomendo ao Commendador Drumond, que de novo se dirija ao Ministro competente daquelle Reino, a fim de pessoalmente examinar os manuscriptos em questão, e obter a certeza de que poderão ter lugar algum dos arbitrios apontados pelo Conselheiro Manuel José Maria da Costa e Sá.

Deverá elle depois proceder ao orçamento da despeza em que montará a respectiva impressão, participando-a ao Governo Imperial para deliberar definitivamente sobre o assumpto; mas em todo o caso fazendo selecção d'aquelles escriptos que mais interessem ao Império, cumprirá que o mesmo Commendador os vá fazendo copiar, obtida a prévia auctorização, informando-me do dispendio que fizer com este ultimo expediente, para ser devidamente embolsado.

Deus Guarde a V. S., Paço em 17 de Fevereiro de 1841. *Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho*, — Sr. Januario da Cunha Barboza».

1842 — Mercê de todas estas diligências e boas vontades, foi finalmente resolvido pelo Ministro do Reino Costa Cabral (conde de Tomar) expedir uma portaria em que ordenava ao «Real Museo de Lisboa» que

entregasse ao representante diplomatico do Brasil, Vasconcelos Drumond, o espolio do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, ali existente, afim de pelo Governo do Brasil serem impressos os seus trabalhos e, feito isso, *ser-nos restituído integralmente.*

1843 — Por força desta determinação ministerial, fez-se a entrega, passando ele o competente recibo, nos termos que constam do doc. n.º 58, apenso a estas «Notas».

Em face deste recibo e do inventário existente no Museu Bocage, da Faculdade de Ciências da Universidade Clássica de Lisboa, verifica-se que dos 231 manuscritos arrolados não foram entregues ao Brasil 16, versando 12 deles questões de botânica e de agricultura e 1 sobre zoologia.

Dos restantes 7 números — das 23 verbas que Drumond não recebeu —, 4 respeitam a 302 estampas, sendo 285 de assuntos de botânica e 17 de questões de zoologia, tendo por isso sido entregues 695, e os últimos 3 números do total das verbas não entregues dizem respeito a 61 gravuras de plantas, tendo, portanto, sido entregues apenas 36.

Posto isto, conclue-se que do total dos 1.348 artigos referidos no inventário foram entregues a Drumond, salvo erro, 946, que, lògicamente, deviam ter seguido para o Brasil, mas, de facto, tal não succedeu, visto como, que eu saiba, 210 estampas coloridas (134 sobre zoologia e 76 diversas) foram encontradas em 1861, em Lisboa, pelo Prof. Barbosa du Bocage, então director da Secção de Zoologia do Museu, em poder de uma mulher, a quem as comprou, oferecendo-as depois à biblioteca do Museu, nos termos seguintes, que constam das capas (vazias) dos vols. 1.º (de 134 aguarelas) e 2.º (de 76 aguarelas), intitulados, respectivamente: «Desenhos de Gentios, Animais Quadrupedes, Aves, Amphibios, Peixes, e Insectos — Da Expedição Philosophica do Pará, Rio Negro, Matto Grosso, e Cuyabá Originais — Volume 1.º». Isto, no rosto, que também tem, no canto superior esquerdo, em diagonal: «134 gravuras manuscriptas, coloridas». E o 2.º volume: «Prospectos De Cidades, Villas, Povoaçõens, Fortalezas, e Edificios, Rios, e Cachoeiras — Da Expedição Philosophica do Pará, Rio Negro, Matto Grosso, e Cuyabá Originais — Volume 2.º». Isto no rosto, que também tem no canto superior esquerdo, em diagonal: «76 gravuras manuscriptas, coloridas». — Diz o oferecimento dò 1.º volume, que se lê na penúltima página da capa: «Este volume de desenhos origi-

nais da exploração zoologica do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, entregue em 1842 (foi em 1943) por uma portaria do Conde de Tomar ao Ministro do Brasil «Drumond», foi encontrado em 1861 em poder de uma mulher, a quem o Director da Secção Zoologica do Museo o comprou».

Offerecido á Biblioteca do Museo por

J. V. Barboza du Bocage».

E o do 2.º volume reza assim:

«Este volume de desenhos originais da Expedição philosophica do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, entregue em 1842 (foi em 1843) por uma ominosa portaria do Conde de Tomar ao Ministro do Brasil «Drummond», foi encontrado em 1861 em poder de uma mulher, a quem o Director da Secção Zoologica do Museo o comprou».

«Offerecido á Bibliotheca do Museo por

J. Vicente Barboza du Bocage».

Resta agora um esclarecimento necessário:

Para a comprecnsão cabal da estatística que deixo indicada, convém dizer que a cada um dos números de ordem do inventário em causa — no que respeita a «desenhos, estampas e chapas de cobre gravadas — correspondem, em muitos casos, a numerosos exemplares da espécie, ou a repetições de um exemplar, o que, como é óbvio, tomei em consideração para avaliar o cômputo do total geral (1.348) e do total de artigos entregues a Drumond (946 e não 259, como seria lógico concluir da leitura do seu recibo).

Nestes termos, o inventário é, em análise, constituído por 231 manuscritos, 8 mapas geográficos, 15 desenhos, 997 estampas e 97 gravuras.

Perante o desfalque de tal monta (cerca de 30 %) — em relação ao que Drumond recebeu — pergunta-se: Qual foi o destino dos tesouros que Drumond não recebeu?

É incontestável que houve desvio ilícito de grande parte da obra do Dr. Alexandre, no que respeita à botânica, à zoologia e à agricultura

— *quer manuscritos, quer aguarelas, quer gravuras* —, ou seja de quanto se refere ao melhor da sua acção e erudição notáveis, que exercitou com sacrifícios incríveis e com amor acrisolado excepcional, durante 10 anos, para afinal só colher desilusões e angústias de toda a ordem — físicas e, sobretudo, morais.

Espantosa probidade! ... Ruim humanidade! ...

Por quanto fica exposto, quanto aos factos ocorridos desde 1833 até 1843 — que o Brasil bem conhece, por virtude dos documentos de autenticidade incoercível que aqui se citam —, verifica-se até à evidência a sem razão de Sylvio Romero quando, na sua «Historia da Literatura Brasileira», diz, relativamente ao Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira: «Ao serviço de um governo em grande parte inepto e mesquinho, acumulou uma imensa rima de manuscritos que lá ficaram pelos arquivos para pasto das traças e os factos novos, as descobertas importantes ali reunidas permaneceram como não existentes e tiveram de ser produzidas de novo pela pleiade de viajantes estrangeiros que nos últimos cem anos tem percorrido as regiões amazonicas».

Com efeito, o académico Costa e Sá — no parecer que, por instigação ou acordo do Governo luso, produziu em 1833, como representante da Academia Real das Ciências, sobre a publicação dos escritos do Dr. Alexandre R. Ferreira, que acima referi, e, repito, se encontra *in extenso* no tomo 2.º da «Revista Trimestral de Historia e Geografia» do Rio de Janeiro — dá notícia circunstanciada das diligências dos governos portugueses, desde o primeiro momento, para que a obra viesse a ser publicada. Assim é que, logo em 1793, foi ordenado o trabalho de gravuras a ele respeitantes. E diz: «Os Governos da nossa Augusta Fundadora, e do Sr. D. João VI, de saudosa memoria, bem se convencerão da utilidade e credito, que para a Nação Portuguesa resultava da publicação desta viagem; não obstante quando razões politicas parecião recomendar toda a reserva ...».

E acrescenta: «... outras diligencias e despesas ainda se fizerão para que similhante obra sahisse á luz, mas os conhecidos transtornos, porque tem passado a nossa ordem politica, fizerão que fossem baldadas».

Mais tarde — em 1840 — surgiram as diligências diplomáticas, também atrás referidas, e já no Brasil documentadas e publicadas, no citado tomo 2.º da «Revista Trimestral de Historia e Geografia». Por consequência, é notável o equívoco de Sílvio Romero, porque, afinal, é ao Brasil que cabe a maior responsabilidade, visto que, de posse do espólio científico do Dr. Alexandre, se escusou ao dispêndio indicado por Drumond, apesar da transcendência múltipla do feito, sem embargo da actividade e entusiasmo notáveis com que lutou, oficial e diplomàticamente, pela posse daquele espólio, como fica demonstrado. E, por isso, o Dr. Carlos França comenta no seu trabalho, já tantas vezes citado: «Só uma pequena parte dos manuscritos foi impressa e, até hoje, nunca o Museu Bocage recebeu os valiosos documentos que o Brasil não aproveitou.

O que Portugal não fizera em 27 anos não o fez o Brasil nos 79 (escreve em 1922) decorridos desde que está na posse do espólio científico do Dr. Alexandre Ferreira.

Se os dois países querem reivindicar para si a glória de ser pátria do naturalista, e a ambos ele pertence, é justo que se associem na responsabilidade que lhes cabe em não terem sabido aproveitar a ideia do Ministro português que, em 1778, decretou a expedição.

A comprovar a má sorte que perseguia a missão filosófica chefiada pelo Dr. Alexandre Ferreira está ainda o facto de parte dos manuscritos entregues ao Ministro Drumond ter tido descaminho. A leitura do trabalho de Vale Cabral (1) veio mostrar-nos que «muitos delles estão na posse de particulares!».

Em seguida refere-se à história curiosa dos dois volumes de aguarelas «encontrados em poder de uma mulher», que acima relatei e documentei.

Como se vê, excede hoje a conta de 103 anos o período do tempo decorrido desde a entrêga daquele espólio, pelo nosso País feita ao Brasil, estando publicada, fragmentàriamente, sem sistematização alguma,

(1) Alfredo do Vale Cabral — Notícia das obras manuscritas e inéditas relativas à viagem filosófica do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira pelas capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá (1783-1792). «Ann. da Biblioteca Nac. do Rio de Janeiro, vol. I, 1876.

apenas uma parte da grande obra do insigne erudito e singularmente operoso Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira — português-brasileiro — que tanto honrou a ciência do seu tempo e as suas duas pátrias.

Outro brasileiro ilustre, o Dr. Emílio Goeldi, laborou também em equívoco lamentável — de que não enfermaram os seus ilustres compatriotas Varnhagen e Sylvio Romero, como já aqui mostrei — a respeito da personalidade científica do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, no seu trabalho intitulado «Ensaio sobre o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira». E fê-lo de ânimo leve, a meu ver, por carência do conhecimento, por certo, da documentação já existente no Brasil, há muitos anos, à data da publicação deste seu trabalho — 1895.

E só por esta razão, quero crer, fazendo assim a justiça devida à probidade do sábio director do Museu Paraense.

Assim, o ilustre cientista — em face da lista «dos animais que fazem objecto das caçadas e pescarias dos indios» feita pelo Dr. Alexandre só com o seu nome em tupi — afirmou que o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira «não ousava tentar a classificação científica conforme o seu guia (Lineu)».

Neste passo, o Dr. Goeldi segue a ideia que, sobre o Dr. Alexandre, se lê no «Ensaio Corografico sobre a Provincia do Pará», da autoria de António Ladislau Monteiro Baena. Mas o Dr. Carlos França — com a sua especial competência, conhecimento objectivo da obra e funções oficiais — contesta o valor de tal conceito, dizendo, pelo contrário, o Dr. Alexandre «um taxonomista de merecimento». «De resto — acrescenta —, a respeito da referida lista, a que alude o Dr. Goeldi, dizia o nosso naturalista: D'onde se vê que nem aqui se trata de especificar a todos (animais) que ha, nem de os descrever segundo a arte, porque uma e outra coisa se fará a seu tempo quando dever aparecer a Zoologia Paraense». E diz mais abaixo o Dr. Carlos França: «Dada a epoca em que viveu e a tarefa colossal que pesava sobre os seus hombros, pode considerar-se o Dr. Alexandre Ferreira como um dos bons zoologos do seu tempo, e como naturalista viajante talvês ainda não fosse excedido».

Mais afirma do Dr. Goeldi: «Não me consta de um herbario em regra que A. R. Ferreira tivesse feito naquela expedição».

«Ao contrario porem do que supunha o Dr. Goeldi — diz o Dr. Carlos França —, muito herborisou o Dr. Alexandre no Brasil. Um dos seus herbarios, que constitue 1.114 plantas, figura entre os objectos levados do Museu por Geoffroy Saint-Hilaire, e um outro que existe no Instituto Botanico da Faculdade de Sciencias de Lisboa, tem 1.213 exemplares».

No herbário feito em 1784 estão representadas 96 famílias, 445 géneros e 812 espécies».

Mais abaixo, continua: «Era facil prever que, á semelhança do que sucedera com o estudo da fauna, ele tivesse deixado diagnoses preciosas das especies botanicas colhidas. Nenhum rasto porem se encontra nas suas biografias, e nos seus trabalhos, da existencia de tal obra. Foi pois grande o nosso prazer quando deparámos com um manuscrito (Relação dos productos naturais e industriais que deste Real Museu se remetterão para a Universidade de Coimbra em 1806. Existe no Museu Bocage e tem anotações pelo Dr. Alexandre) que confirmava a nossa suspeita».

«Nela dizia o Dr. Alexandre: o asteristico indica estar nomenclada ou descrita na «*Flora Paraense, que se não publica emquanto faltam as Floras, e outras obras Botanicas, que se devem consultar*».

«Vê-se assim — diz ainda Carlos França — que estava já redigida em 1806 uma *Flora Paraense* que aguardava apenas os ultimos retoques para ser publicada. Ora essa Flora deve ter sido um dos objectos levados para Paris em 1808» (1).

Há mais: o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira já em 1802 denunciava a existência da sua *Flora Paraense*, como se verifica no doc. n.º 49, apenso a estas «Notas».

Por outro lado, quem tiver paciência para ler estas «Notas» e a documentação apensa, que tenho como inédita, convencer-se-á de que, efectivamente, o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira era um erudito e que indefessamente trabalhou no campo científico, técnico e económico durante toda a sua longa e difícil missão.

Se não fosse homem de ciência, não teria sido convidado para entrar no corpo docente da Faculdade de Filosofia da Universidade de

(1) Carlos França — Loc. cit.

Coimbra, nem pela mesma Faculdade teria sido indicado, como foi, como competente para chefiar a expedição filosófica ao Brasil.

Se não fosse cientificamente idóneo, não teria dado, como deu, conta satisfatória dos encargos que lhe foram cometidos, de 1778 a 1783, em Lisboa, antes de partir para o Brasil, e que foram: examinar, reduzir e descrever produtos naturais existentes no Museu da Ajuda, e realizar experiências de física e de química, o que tudo praticou a contento das estações oficiais, como é testemunhado pelo seu biógrafo (1).

Como competente, enviava do Pará, dias depois de ali ter chegado, para Lisboa desenhos de peixes que «tratava de examinar e descrever ...». (Doc. n.º 6).

No documento n.º 8 afirma que «... as observações miudas de Filosofia seria um nunca acabar o escrever todas emquanto não volto».

Em 1784, referindo-se à colheita e desenho das plantas, diz: «... que a todo o tempo se reduzem». (Doc. n.º 13).

No documento n.º 15 lê-se: «... porem muito mais feliz eu, se restituido, algum dia ao descanço que requer um historiador, poder então colocar no frontespicio da História Natural e Civil deste Estado o respeitavel nome de V. Ex.ª».

No documento n.º 16 disse: «... É um complexo de observações gerais sobre diversos objectos ... que devem algum dia fazer parte da Historia Natural e Civil deste Estado».

Em 1785 escrevia: «A Protecção de V. Ex.ª me asssegura a felicidade das descobertas. Debaixo dela a Historia Natural desta parte da America parecerá sobrenatural na Europa». (Doc. n.º 18).

No documento n.º 19 prometia: «O fruto desta instrucção será apresentado a V. Ex.ª quando pelo decorrer do tempo fôr esfriando o calor que o amor proprio comunica ás obras de cada um ...».

Em 1786 dizia que 3 anos era o tempo para um naturalista trabalhar «em tão diferentes repartições ... mas como este serviço é de natureza tal que ... quanto mais se prolongar a colecção de productos, mais retardará depois o conhecimento individual da cada um, no confuso cáos de milhares de produções diversas ...». (Doc. n.º 24).

---

(1) Costa e Sá — Loc. cit.

Afirma no documento n.º 28 que nem a sua vida, «nem a de uns poucos de naturalistas que quisessem com especialidade completar a Flora do Estado».

Em 1790 dizia não apresentar mais trabalhos «... por não estarem ordenadas, digeridas e castigadas as materias ...». (Doc. n.º 39).

Em 1791 disse: «Pelo que espero ter a satisfação de algum dia, no frontespicio da Historia Natural e Politica desta Capitania, dar a conhecer á Europa Culta ...». (Vide a resposta que deu ao doc. n.º 41, a qual se encontra no texto).

Isto, quanto à obra científica prometida, que basearia nos elementos materiais colhidos e nas memórias que durante a missão escreveu, que tão abundantes, variadas e valiosas foram.

E não foi tudo, visto como foi notável a sua acção como agrónomo, não só pelos ensinamentos constantes, ministrados directamente à lavoura, quer falando, quer escrevendo, mas também pelas ideias expostas perante os governadores e o Ministro Martinho de Melo e Castro, que muito excediam os conhecimentos normais, em tão recuados tempos, muitas das quais ainda hoje são matéria corrente na agronomia — na parte respeitante à ecologia e à fitotécnica. Já preconisava, como actualmente o fez a tão moderna ciência da genética, a mudança de sementes, assim como dos elementos para a propagação somática das plantas, e sobre o que fez observações experimentais com êxito notável, como era de esperar.

Além disto, fazia a propaganda das culturas mais proveitosas; sugeria o estabelecimento dos campos experimentais e de demonstração por conta do Estado, onde se fizesse estudos agro-climáticos, análises fisiológicas de adaptação de cultura e a determinação da localização mais apropriada de cada uma, como fez em relação à maniba, cana sacarina, cacau, cânhamo, etc.; clamava contra a preguiça dos lavradores, contra a falta de braços para a agricultura, contra a preferência que se dava à lavra das minas — «... porque hum lavrador sempre valle para o mesmo Estado mais que vinte mineiros» — com desprezo e prejuízo da agricultura, e também contra a inação da polícia rural e dos intendentes da agricultura, no desempenho das suas úteis obrigações, tratando simplesmente, como

era tradicional, dos seus interesses particulares e de explorar os lavradores em seu proveito exclusivo, com gravame dos daqueles e do Estado também e que legítimos eram; revoltava-o a escravatura, etc., etc.

Tudo isto foi motivo de campanha ardente e insistente, dia a dia, durante a sua missão, pois era ideia que já o ocupara antes de ir para o Brasil, como se deduz dos trabalhos produzidos e já atrás apontados: «Memoria ou Parecer sobre a Plantação dos Olivais nos terrenos que na Villa de Coruche tinha Joaquim Rodrigues Botelho» e «Matas de Portugal».

Como se vê, neste capítulo foi um verdadeiro missionário de doutrinas perfeitas e de alto proveito, que ainda hoje têm, e terão sempre, a maior actualidade.

A sua acção, e sobretudo as suas ideias — porque não tinha poderes para determinar — foram notabilíssimas, e tanto que o seu estudo miúdo — que aqui não cabe e bem merecido era — seria a demonstração flagrante da sua capacidade e do alto valor prático da sua inteligência e patriotismo, em prol da base fundamental do progresso sólido e perdurável de todas as nações — a agricultura. Era um agrónomo distinto, indubitàvelmente. E, para o comprovar, vejam-se, entre outros, os documentos n.os 6, 8, 11, 13, 16, 19 e 24, e também os «Diários» das suas viagens e o Dr. Carlos França, que estuda magnìficamente o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira como zoólogo, botânico, antropologista, etnógrafo, geógrafo, médico, agrónomo e economista (1).

Neste campo da agricultura, de transcendência singular e capital para o progresso económico e moral da Nação, mostrou-se o Dr. Alexandre sempre firme na defesa dos mais salutares princípios, com tal intransigência que, «quando huma Pessoa tão respeitavel pela ordem da Nobreza, e alto emprego, como pela encyclopedia dos seus conhecimentos, fallandolhe na tentativa de climatizar o chá em nossas terras, sêccamente respondeo: Não temos pão, e tratamos de chá» (2).

(1) Carlos França — Loc. cit.
(2) Costa e Sá — Loc. cit.

E basta, além do mais, para demonstrar, cuido eu, a capacidade científica e cautelosa do Dr. Alexandre R. Ferreira e também a sua intenção firme e grande ânsia de produzir obra de cunho após o regresso.

Se não fora o seu entusiasmo e abnegação — patenteados pelo facto de ter sacrificado a situação superior e certa na Universidade de Coimbra, e em quanto consta dos documentos n.os 15, 18 e 31, etc., e também dos sacrifícios físicos de toda a ordem e das doenças repetidas e graves que ficam apontadas nos documentos n.os 13, 17, 25, 26, 39, 40, etc.. e ainda pelo heroísmo com que suportou as numerosas e vis intrigas de que foi vítima, como se verifica nos documentos n.º 13, 18, 33, 34, 46, etc. — se não fora tudo isto, nunca semelhante missão chegaria ao seu termo, e, muito menos, o resultado dela teria o valor inestimável que teve, sob qualquer ponto de vista que seja considerado, o qual, em verdade, não foi aquele que poderia ter sido, como se sabe e compreende, perante as infernais infâmias de que foi vítima depois do seu regresso.

Contudo, algo de justiça lhe foi feito também por entidades oficiais durante o largo período dos seus trabalhos, como se vê nos documentos n.os 12, 15, 19, 21, 26, 27, 30; 37 e 39.

Ainda o Dr. Goeldi foi mais uma vez menos justo quando, no seu trabalho já citado, «ironicamente se refere ás graças concedidas ao Dr. Ferreira que, afinal, eram do melhor que então se dava aos servidores do Estado. Hoje nem isso ele teria» (1).

Mas sabia o Dr. Goeldi quais foram essas graças concedidas à sua pessoa e, pòstumamente, aos seus, certamente para em sua família se continuar a premiar tão valoroso e valioso elemento sinérgico da vida científica e económica de Portugal?

Tenho a certeza de que não. Porque, doutro modo, não cometeria a iniquidade que o Dr. Carlos França acusa.

Ora vejamos o que a esse respeito se passou desde 1783, ano em que partiu, até 1834.

---

(1) Carlos França — Loc. cit.

Em 1784 foi o Dr. Alexandre R. Ferreira atendido pelo Ministro Melo e Castro no seu pedido da nomeação do irmão, cónego de meia prebenda, para a Sé da Bahia. (Doc. n.º 11).

Em 1787 igualmente foi atendido o pedido a favor do mesmo irmão para que fosse elevado a cónego de prebenda inteira na referida Sé da Bahia. (Doc. n.º 29).

Em 1793 foi nomeado oficial da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos.

Em 1794 foi condecorado com o hábito de Cristo (doc. n.º 44) e nomeado para interinamente exercer as funções de administrador e director do Real Gabinete de História Natural e Jardim Botânico, sendo, por isso, «dispensado do exercicio deste emprego» (as funções de oficial da Secretaria da Marinha), como diz Costa e Sá.

Em 1795 foi nomeado vice-director do Real Gabinete de História Natural e Jardim Botânico e encarregado de, em acumulação, administrar as «Reaes Quintas da Bemposta, Caxias e Queluz».

Em 1807 foi nomeado selador da Alfândega do Maranhão.

Em 1815 foi resguardado pelo governo o seu espólio científico.

Em 1816 foi feito o seu elogio na Academia da Ciências; foi concedida a pensão à viúva, e foi nomeado o filho oficial da Secretaria do Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos.

Em 1833 tratou-se da publicação da sua obra.

De 1840-1843 tratou-se novamente da publicação da sua obra, entre Portugal e o Brasil.

Tudo isto foi muito, sem dúvida, e bem merecido, de resto, mercê da obra prodigiosa que produziu; e tamanha ela era que, apesar das tropelias e delapidações que sofreu, ainda, pelo saldo sobrante, «nos tem sido possível avaliar o grande merecimento do autor» (1).

Por outra banda, o Dr. Carlos França, glosando esta valiosa afirmação do Mestre, diz, no seu estudo magnífico, já tantas vezes citado: «Os meritos do naturalista viajante do nosso compratiota são evidentes. Foram

(1) Barbosa du Bocage. Loc. cit.

tão abundantes os materiais colhidos pelo Dr. Alexandre que resistiram às sucessivas delapidações de que foram objecto.

E acrescenta mais abaixo: «E não ha duvida que do resultado da expedição largamente se aproveitou a Sciencia, embora o nome do Dr. Alexandre, mercê das circunstâncias que vimos narrar, tenha ficado na sombra». E continua: «...somente é dificil distinguir a esta distancia o muito que legitimamente lhe pertence, pela forma cuidadosa como os que se lhe seguiram procuraram apagar os vestigios da sua passagem».

Eis a vida exemplar do Homem e a Obra formidável que durante essa vida produziu.

Sophocles disse-nos, na «Antigone» que «De todas as maravilhas, a maravilha maior é o homem».

Mas há homens e homens, como desde sempre, no decorrer da vida dos povos, e no destas «Notas» se verifica que assim é, e será até à consumação dos séculos. Não resta, porém, dúvida de que o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira se viu, na sua grandeza heróica — que caracteriza uns — a braços com a objecção monstruosa — que é apanágio doutros —, e, por isso, ele maravilha foi.

Considerando quanto se encontra exposto e documentado nestes simples apontamentos, cuido que não restará sombra de dúvida, a quem quer que seja, de que a obra do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira justifica sobejamente as culminâncias a que foi guindado e constitui base segura e certa para que — até que enfim! — se glorifique agora, condignamente, o heróico cientista multiforme e explorador intimerato que foi, tornando perdurável quanto não foi esquecido pelos homens durante mais de 150 anos, para que:

«Não só da Fama nos patrícios lares
Ouvi contente resoar teus vivas».

(Bocage)

«Igualmente direi sempre ditoso,
Ou que fez cousas dignas de memória,
Ou que poz em memoria o proveitoso».

(Dr. António Ferreira)

Faço, pois, votos sinceros para que a inestimável boa vontade e a iniciativa inteligente e patriótica da douta Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro alcance satisfação integral do seu alto e justiceiro desejo, que é também o de Portugal, irmanado, neste momento, com o Brasil, como sempre, em tudo quanto contribua para o melhor entendimento e satisfação mútua de aspirações proveitosas, tanto no material, como no espiritual.

Por esta maneira, será devidamente homenageado um filho ilustre, que tanto honrou as suas Pátrias — a nativa e a adotiva —, mostrando-se por mais este facto notável — a iniciativa e efectivação da missão filosófica do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira — «...quantos desvelos mereceu a Portugal o mais belo dos seus domínios, e por que forma o nosso país contribuiu para o enriquecimento da ciência» (1). E, ao mesmo tempo se dá aso a recordar as palavras magníficas do grande historiador luso, Alexandre Herculano, que escreveu algures: «Portugal nasceu e tornou-se a nação mais audaz da Europa pelos fins do século XV. Dir-se-ia um povo predestinado. Quais seriam hoje, de feito, as relações do oriente e do novo mundo com o ocidente, se Portugal houvesse perecido? Quem ousará afirmar que sem Portugal a civilização actual do género humano seria o mesmo que é?... No progresso da civilização humana tinhamos uma missão a cumprir. Era necessário que no último ocidente da Europa surgisse um povo cheio de actividade e vigor, para cuja acção fosse insuficiente o âmbito da terra pátria, um povo de homens de imaginação ardente, apaixonados do incógnito, do misterioso, amando balouçar-se no dorso das vagas ou correr por cima delas envoltos no temporal, e cujos destinos eram conquistar para o cristianismo e para a civilização três par-

(1) Carlos França — Loc. cit.

tes do mundo, devendo ter em recompensa ùnicamente a glória. E a glória dele é tanto maior quanto, encerrado na estreiteza de breves limites, sumido no meio dos grandes impérios da terra, o seu nome retumbou por todo o globo. Pobres, fracos, humilhados, depois de tão formosos dias de poderio e renome, que nos resta senão o passado? Só temos os tesouros dos nossos afectos e contentamentos. Sejam as memórias da pátria, que tivemos, o anjo de Deus que nos revoque à energia social e aos santos afectos da nacionalidade. Que todos aqueles a quem o engenho e o estudo habilitam para os graves e profundos trabalhos da história se dediquem a ela. No meio de uma nação decadente, mas rica de tradições, o mister de recordar o passado é uma espécie de magistratura moral, é uma espécie de sacerdócio».

Com efeito, — sem que, felizmente, sejam a expressão da verdade dos factos actuais, as palavras de desalento do grande historiador — veja-se o quadro assombroso dos feitos transcendentes e gloriosos da «Inclyta geração, altos infantes», que Camões assinalou nos «Lusiadas» imortais, mórmente o grande solitário do Monte Sacro, do cujo «cerebro poderoso... saiu todo o sistema colonial moderno, de pé e armado, qual minerva da cabeça de Júpiter.

E se para Portugal o título de nobreza no concurso épico das nações são os seus dois séculos de expansão marítima, e são-no, é incontestável que o infante D. Henrique foi o nosso Hercules.

Encarnou o génio latente de um povo inteiro.

Tornou-se o intérprete do destino de uma nação filha da vontade cívica, e à força de heroismo tenaz conseguiu vencer»... «E quando, finalmente, a pleiade é, como esta foi (os filhos do D. João I) para nós, a iniciadora na vida nova que tivemos na Renascença: a psycologia historica eleva-se á altura d'uma interpretação das causas determinantes do nosso heroismo passado — mais milagroso que muitos milagres perante os quais de homens ajoelham confundidos» (1).

(1) Oliveira Martins — «Os filhos de D. João I.

Concluindo estes apontamentos — que muito grato me será que venham a ser de algum préstimo para a causa que se tem em mira — aqui quero deixar à douta Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro o tributo da minha admiração e reconhecimento incondicionais pelo seu gesto nobre, ou seja a resolução de consagrar o ilustre português-brasileiro, Dr. AlexandreRodrigues Ferreira que há 131 anos viu findo o rosário das suas imensas agonias morais e físicas.

O Brasil engrandece-se, levando a efeito tão generosa e patriótica acção, e Portugal, estou certo, sentindo-se também grandemente honrado com o facto, será muito agradecido à Nação Irmã.

PROF. D. A. TAVARES DA SILVA

No próximo número seguem os documentos: